



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;

terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã 13*.



dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aguarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.

### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessional; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.



## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãos e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.



sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reacção foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.

## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.



domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### **2.1.3 – As vocações**

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

#### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.

A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson põe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.



A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orfandade de Santa Isabel”, 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.

carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.



A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preannuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.

baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.



### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.

### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurênci Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.



quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.

Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.



# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;



terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã 13*.

dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.



### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu o profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.



### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãs e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.

sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in *Vida Católica*, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.



## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.

domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### **2.1.3 – As vocações**

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

#### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.



A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.

A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.



carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.

A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Vivia-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preannuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.

### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.



### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.

quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.



Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capitulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;

terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.



dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aguarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.

### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessional; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Notícias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.



## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãos e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.



sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.

## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.



domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### 2.1.3 – As vocações

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

#### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.

A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.



A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orfandade de Santa Isabel”, 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.

carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.



A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Vivia-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.

baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.



### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.

### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurênci Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.



quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. *Ibidem*, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.

Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.



# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;



terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.

dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.



### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.



### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãs e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.

sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.



## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.

domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### **2.1.3 – As vocações**

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.



A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.

A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orfandade de Santa Isabel”, 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.



carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.

A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Vivía-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.

### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.



### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituísse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Martinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.

quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.



Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capitulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;

terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.



dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.

### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.



## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãos e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.



sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in *Vida Católica*, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.

## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.



domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### **2.1.3 – As vocações**

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.

A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.



A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.

carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.



A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preannuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.

baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.



### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.

### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.



quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.

Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.



# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das  
Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:  
Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa  
2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;



terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.

dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aguarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.



### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.



### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãs e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.

sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.



## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.

domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### 2.1.3 – As vocações

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

#### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.



A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.

A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.



carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.

A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.

### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependetes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.



### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurênci Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Martinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.

quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.



Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capitulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;

terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.



dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.

### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu o profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.



## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãos e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.



sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in *Vida Católica*, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.

## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.



domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### **2.1.3 – As vocações**

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.

A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson põe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.



A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.

carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.



A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.

baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.



### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.

### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituísse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Martinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.



quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.

Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.



# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae, de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;



terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã 13*.

dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.



### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessional; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.



### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. *Ibidem*, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãs e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.

sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in *Vida Católica*, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.



## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.

domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### 2.1.3 – As vocações

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.



A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson pôe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.

A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.



carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.

A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.

### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.



### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.

quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.



Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capitulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.





**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;

terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.



dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aquarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.

### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FÁRIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FÁRIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.



## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### **1.2.2 - O contexto religioso**

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãs e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.



sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in *Vida Católica*, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.

## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.



domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### 2.1.3 – As vocações

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

#### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.

A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson põe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.



A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, "Orfandade de Santa Isabel", 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.

carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.



A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preannuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.

baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.



### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependetes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.

### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurência Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituisse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.



quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.

Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.



# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae, de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação dos Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**  
**FACULDADE DE TEOLOGIA**

**MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)**

**PEDRO FILIPE DE GÓIS NÓBREGA**

**A Congregação das**  
**Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias:**  
**Antes e depois do Concílio Vaticano II**

Dissertação Final  
sob orientação de:  
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa**  
**2013**

## **Siglas**

AAIW – Associação dos Amigos da Irmã Wilson

AAS – Acta Apostolicae Sedis

AG – Arquivo Geral

AIW - Arquivo da Irmã Wilson

ASV – Arquivo Secreto do Vaticano

CIFNSV – Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias

CIW – Cartas da Irmã Wilson

LG – Lumen Gentium

MDW – Manuscritos e Documentos Wilsonianos

MIC – Manuscrito da Irmã Conceição Pereira

TD – Testemunhos de contemporâneos

# Índice

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>1- A FUNDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE NOSSA SENHORA DAS VITÓRIAS .....</b>	<b>7</b>
1.1 - MARY JANE WILSON, UMA VIDA INQUIETA .....	7
1.1.1 - <i>Infância e Adolescência</i> .....	7
1.1.2 - <i>O Movimento de Oxford</i> .....	11
1.1.3 - <i>A descoberta da Igreja Católica</i> .....	13
1.1.4 - <i>A Viagem para a Madeira</i> .....	16
1.2 - A MADEIRA NO FIM DO SÉCULO XIX E INÍCIOS DO SÉCULO XX (1881 -1916) .....	17
1.2.1 - <i>O contexto social</i> .....	17
1.2.2 - <i>O contexto religioso</i> .....	19
1.3 - A OPORTUNIDADE DE UMA FUNDAÇÃO .....	21
1.3.1 - <i>A entrega à sociedade envolvente</i> .....	21
1.3.2 - <i>Carisma e a espiritualidade franciscanas</i> .....	22
1.3.3 - <i>A fundação da Congregação</i> .....	24
1.3.4 - <i>Dificuldades no início da fundação</i> .....	26
<b>2 - EXPRESSÕES DE UM CARISMA ANTES DO CONCÍLIO VATICANO II .....</b>	<b>29</b>
2.1 – CONSOLIDAÇÃO DA CONGREGAÇÃO .....	29
2.1.1 – <i>Personalidade jurídica</i> .....	30
2.1.2 – <i>Regra e Constituições da Congregação</i> .....	32
2.1.3 – <i>As vocações</i> .....	35
2.1.4 – <i>Formação na Congregação</i> .....	36
2.2 – A CONGREGAÇÃO COMO INSTITUIÇÃO .....	39
2.2.1 – <i>As casas</i> .....	40
2.2.2 – <i>Doentes</i> .....	42
2.2.3 – <i>Apoio ao clero</i> .....	43
2.2.4 – <i>Expansão da Congregação</i> .....	45
<b>3 – RENOVAÇÃO CONCILIAR DA CONGREGAÇÃO .....</b>	<b>50</b>
3.1 – CAPÍTULOS GERAIS E CONSTITUIÇÕES .....	53
3.1.1 – <i>O Capítulo geral de 1967 e as Constituições</i> .....	54
3.1.2 – <i>Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições</i> .....	55
3.1.3 – <i>Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores</i> .....	57
3.1.4 – <i>As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997</i> .....	58
3.2 – ACTUALIDADE DA CONGREGAÇÃO .....	60
3.2.1 – <i>Províncias, casas e obras</i> .....	61
3.2.2 – <i>Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil</i> .....	62
3.2.3 – <i>A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson</i> .....	63
3.2.4 – <i>A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson</i> .....	65
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>68</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>73</b>

## **Introdução**

O trabalho final do Curso de Mestrado integrado em Teologia que iremos expor, baseia-se no estudo da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias desde o nascimento de Mary Jane Wilson, sua Fundadora, até aos nossos dias.

A escolha recaiu sobre este tema porque estamos a celebrar os 500 anos da diocese do Funchal, um tempo especial, que necessita de novos elementos de estudo por forma a se perceber o quão importante tem sido esta diocese no contexto da Igreja.

Pretendendo fazer uma ponte entre a História da Congregação, no antes e no depois do concílio vaticano II, pusemo-nos em busca de informação suficiente para poder realizar um trabalho que nos levasse a compreender o bem que esta Congregação, que ainda hoje tem uma forte expressão na vida da diocese do Funchal, continua a operar pelo mundo fora.

Assim o trabalho que apresentamos vai ter três grandes abordagens:

A Fundação, as expressões antes do concílio e a renovação conciliar.

Começaremos por abordar a vida inquieta de Mary Jane Wilson, a fundadora, abordando as vicissitudes da sua infância e adolescência, o conhecimento que teve do Movimento de Oxford que a influenciou muito; e, finalmente, chegar a perceber como ela, uma adolescente normalíssima, se interessou tão apaixonadamente por Jesus Cristo; em seguida falaremos da sua viagem para a ilha da Madeira.

Depois deste início onde, daremos a conhecer sumariamente a situação da Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX, referindo o seu contexto social e religioso.

Por fim, ao terminar esta primeira parte iremos abordar a fundação da Congregação, procurando compreender Mary Jane Wilson e as colegas que consigo vão fundar a Congregação; já antes de a fundar, se tinham inserido na sociedade que as envolvia e de que forma o carisma e espiritualidade franciscanas influenciaram os seus actos e as levaram a fazer opção por uma fundação religiosa. Depois abordaremos a fundação propriamente dita;



terminaremos procurando descortinar aquelas que foram as principais dificuldades no início da Congregação.

Em seguida passaremos à segunda parte; nela trataremos as expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Tentaremos expressar com o nosso estudo o processo de consolidação da Congregação, analisando a importância de ter adquirido personalidade jurídica, de ter sido elaborado uma regra<sup>1</sup> e umas constituições próprias; ultrapassadas essas exigências fundacionais, a Congregação deu-se a uma pastoral vocacional, concretizada no acolhimento e formação de raparigas que se apresentavam para colaborar com esta obra.

Ainda nesta segunda parte abordaremos o obra da Congregação, procurando compreender como foi a sua expansão no que diz respeito a casas, como foi o seu trabalho com os doentes, como se entregaram ao apoio ao clero e terminaremos esta segunda parte falando da importância que teve a expansão da Congregação no contexto de toda a sua história.

Na terceira e última parte abordaremos a renovação conciliar da Congregação.

Começaremos por ver a importância que tiveram todos os capítulos gerais e consequentes frutos dos mesmos. Isto quer dizer que versaremos primeiramente o que aconteceu no ano de 1967, quando se actualizaram as suas constituições. Depois falaremos dos capítulos gerais de 1973 e do que aconteceu entre 1978/79 e das renovadas constituições que neles se fizeram. Falaremos depois do capítulo que se deu em 1984; o capítulo que estruturou a Congregação em organismos maiores e menores; terminaremos esta fase dos capítulos e constituições, focando as constituições e directório que foram elaborados em 1985, sendo revistos novamente em 1997.

---

<sup>1</sup> A Regra tem um papel básico nas Congregações. As de espírito franciscano seguem a “Regra de Vida dos Irmãos e Irmãs da Terceira Ordem Regular de São Francisco, promulgada por João Paulo II em 1982. A Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias não têm pois Regra própria mas Constituições que têm sido juridicamente renovadas.

Para finalizar o nosso trabalho, abordaremos a actualidade da Congregação, procurando compreender o papel das províncias e obras, falando da delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil e da importância que teve a constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson; terminaremos referindo a introdução da causa de beatificação e canonização da Irmã Mary Jane Wilson.

Que este trabalho nos ajude a compreender o contexto de uma conversão, que nos mostre a sede do bem fazer, e o quanto essa sede pode dar frutos, que nos faça reflectir ainda mais sobre a importância que as congregações e os institutos missionários têm tido na propagação do nome de Jesus, que nos manda a todos testemunhar a alegria do Ressuscitado.

Realizámos, com todo o gosto este trabalho, esperando que sirva para dar a conhecer a muitos a pessoa de Mary Jane Wilson e como o seu trabalho na diocese do Funchal se propagou e se estendeu pelo mundo fora.

# **1- A Fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias**

Neste primeiro capítulo, vamos fazer uma síntese histórica da vida da Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, explicitando o contexto social e religioso que encontrou na Madeira.

Em seguida, abordaremos a sua acção apostólica, inspirada pelo Espírito Santo, que a levou a sonhar alto, a ver tão longe, amando a Deus e nesse amor os irmãos. Ao fundar a Congregação teve uma finalidade concreta e objectiva: servir o pobre de pão, de fé e de cultura para que Jesus Cristo fosse glorificado assim na terra como no Céu.

## **1.1 - Mary Jane Wilson, uma vida inquieta**

Mary Jane Wilson viveu numa continua inquietação ao longo da sua vida. Nasceu longe da sua pátria, mudou constantemente de casa, viajou por muitas nações da Europa; quando fundou a Congregação pensou mais nos outros que em si.

### **1.1.1 - Infância e Adolescência**

Corria o século XIX quando uma família de origem nobre se encontrava na Índia. Tratou-se de Charles Haethcote Wilson, que servia como capitão o exército do Reino Unido<sup>2</sup>, e Mary James que foram pais de 5 filhos. O ultimo foi Mary Jane Wilson, nascida a 3 de

---

<sup>2</sup> Nesta altura o Reino Unido era a potência colonizadora da Índia.

Outubro de 1840 em Hurryhur, distrito de Mysore – Índia <sup>3</sup>. Não teve a oportunidade de conhecer dois dos seus irmãos, pois a morte já os levava. A estadia desta família naquele país do Oriente teve a ver com o serviço militar que Charles se viu obrigado a cumprir.

Professavam o cristianismo, na confissão anglicana, sendo profundamente religiosos<sup>4</sup>. A última filha foi baptizada no dia 18 de Outubro de 1840<sup>5</sup> como consta no assento do Registo de Baptismo<sup>6</sup>.

Passado um ano do nascimento de Mary Jane Wilson, o pai enviuvou, ficando com a certeza de que o melhor a fazer era cuidar dos filhos; foi assim que os filhos Charles e Mary saíram da Índia e foram para Inglaterra de modo a ter uma vida mais conforme com aquilo que o pai desejava; a educação dos filhos ficou a cargo dos tios maternos.

Em 1845, Mr. Charles Wilson, depois de conhecer Elisabeth Hoskyn, contrai novo matrimónio do qual nasce uma filha, Ellen Elisabeth. Passados dois anos acontece algo de trágico: Elisabeth morre, deixando a filha com apenas alguns meses.

Tudo ficou a cargo do pai; a dedicação foi imensa. Sobre ele dirá Mary Jane Wilson: “Não acredito que o meu pai não esteja no céu, pois ele era tão bom. Ensinava-nos o caminho da verdade e como estar na presença de Deus em todas as ocupações”<sup>7</sup>. Ou seja, Mary Jane Wilson, além de ver no pai as virtudes heróicas nas quais soube educar a família, tinha-o como um dos escolhidos para estar junto de Deus.

O falecimento do pai deu-se em 1849. Tinha Mary Jane apenas 9 anos. Contudo a sua educação não ficou afectada, possivelmente abalada, mas não descurada, uma vez que Mary foi sempre protegida pelos seus tios, que tiveram um papel importantíssimo na sua vida, dado que foram eles os principais educadores dos dois irmãos. O rapaz foi mais acompanhado pelo tio Henry James; a rapariga pela tia Ellen James, mas, na prática, o encargo da educação dos

---

<sup>3</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003, 9.

<sup>4</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000, 15.

<sup>5</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson*, Funchal, 1969, 7-17.

<sup>6</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1. Cx 11.

<sup>7</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã* 13.

dois ficou com a tia Ellen James<sup>8</sup>. O tio, a seu modo, não deixou, porém, de proporcionar grandes momentos de felicidade a seus sobrinhos<sup>9</sup>.

A vida que levava a tia Ellen, apesar do rigor, firmeza de carácter e sentido profundamente religioso, foi uma vida instável, quer nas localidades onde residiu quer nas amizades que cultivou.

Mas, a certa altura, Ellen decide fixar-se na ilha de Wigth, no sul de Inglaterra, onde procurou ensinar da melhor forma os seus sobrinhos, incutindo-lhes orientações e disciplina de vida onde o ensinamento da Bíblia não era esquecido<sup>10</sup>. Esta formação tendo por base os Escritos Sagrados, levava Mary a ter um grande zelo e entrega à caridade que se revelava de um modo especial no amor aos pobres que foi a característica principal de toda a sua vida.

Ellen foi, de facto, um grande exemplo para a vida de Mary Jane, dado que a sua vida foi de constante dedicação aos sobrinhos, à Igreja Anglicana e ao amor de Deus. Tanto assim que, após a sua morte, muitos reconheceram o seu enorme trabalho em prol dessas causas. Morreu em Newquay em 1902 com 93 anos de idade, depois de uma dedicação a obras sociais de reconhecido valor.

“No seu funeral, (...) não se notava tristeza nem quebranto, mas sim um elogio da sua lealdade cristã há muito preparada para ouvir com alegria a chamada à vida eterna onde teria a visão gloriosa do Senhor, ardente e ansiosamente procurada”<sup>11</sup>.

A sua sobrinha, Mary Jane Wilson, era conhecida por uma personalidade sorridente, firme e muito amiga de fazer a sua vontade. Como todas as crianças, era tida como irrequieta e traquina; fazia com naturalidade passeios com alguns rapazes, o que para a época e, sobretudo para a tia Ellen, não era considerado coisa muito sensata.

Contudo, servia-se dos ensinamentos que a tia lhe tinha transmitido para justificar o seu comportamento, dizendo que todos eram “irmãos” e que, se todos eram “irmãos”, estar na

---

<sup>8</sup> Cf. Ibidem, 19.

<sup>9</sup> Ibidem, 40.

<sup>10</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 10-11.

<sup>11</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 28.

presença de um rapaz ou rapariga, era como estar na presença do Bom Deus. Apesar disso as repreensões aconteceram.

Era uma criança com uma enorme vontade de aprender e capaz de se esforçar, de tal forma que ainda na sua tenra infância, com apenas três anos e meio, lia os jornais. Os temas prediletos, segundo os dados que possuímos, eram geografia e ciências da natureza<sup>12</sup>.

Como vimos atrás, o irmão de Mary Jane, veio com ela da Índia, para ser educado pelos tios. No mês de julho do ano de 1852, com 15 anos de idade, alistou-se Charles na “Índia Navy” como aspirante da marinha, tendo seguido no mesmo mês para a Índia, onde esteve até 1862<sup>13</sup>. Isso significou que a partir dos 12 anos Mary começou a viver sozinha com a tia Ellen.

Em 1853, Ellen e Mary vão para Dublin, passando depois para Douglas; foram essas as moradas pouco permanentes da sua tia. Isso também teve uma forte influência no ensino de Mary Jane, visto que, até àquela data, o ensino escolar era dado pela tia. Contudo no ano de 1854, mais propriamente em setembro, entrou para o colégio da Senhora Umphelby, em Belstead, onde viverá até 1857, o que significou a separação da tia<sup>14</sup>.

Terminados os estudos neste colégio, Mary com 17 anos vai até Nyon, na Suíça e depois para Heidelberg, na Alemanha<sup>15</sup>, na companhia da tia com a finalidade de completar os estudos. Tudo foi feito para que nada faltasse à formação da sobrinha; pois tudo se fez para lhe dar o melhor no cumprimento do que tinha sido pedido pelo pai de Mary.

O período da infância e da juventude foi de entrega ao estudo. Gostava de geografia, história e ciências naturais. Fez um curso de língua francesa e outro de jardinagem<sup>16</sup>.

A formação cultural ia crescendo simultaneamente com a dimensão espiritual.

A jovem tinha como ocupação, após o regresso ao País de Gales, a pintura de aguarelas. Costumava dizer:

---

<sup>12</sup> Ibidem, 44. Como se pode observar na variedade de bibliografia que podemos encontrar na sua biblioteca pessoal no Funchal.

<sup>13</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 22.

<sup>14</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 14-15.

<sup>15</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 32.

<sup>16</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Reflexos de uma vida*, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990, 18.

“Logo a seguir ao pequeno almoço, vou à aldeia para esboçar um quadro de que gosto imenso. Parece-me que, depois de visitar exposições, compreendo melhor como se obtêm certos efeitos em aguarelas”<sup>17</sup>.

Depois de alguns anos, a continuar sem morada permanente, a tia decide em 1867 - tinha Mary Jane 27 anos - realizar um sonho de ter casa própria, o que veio a acontecer em Newquay, na Cornualha.

### **1.1.2 - O Movimento de Oxford**

O Movimento de Oxford apareceu no século XIX com o intuito de “renovar e purificar a Igreja Inglesa”<sup>18</sup>. Este movimento teve um grande impacto nos jovens e também na forma como se olhava a Igreja Católica na relação com a Igreja Anglicana.

Um dos membros filiados neste movimento foi John Newman. Muito amigo dos estudos, começou a debruçar-se mais profundamente sobre diversos escritos importantes, como os dos Padres da Igreja, algo que o levou a notar que, de facto, a palavra católica, designação que fora atribuída à Igreja de Roma, era devido à sua acção apostólica em todo o mundo. Compreendeu a universalidade da Igreja Católica compreendeu ainda que os bispos, sucessores dos apóstolos, eram sentinelas e guardiães da fé Apostólica<sup>19</sup>.

Todavia, nem todos souberam aceitar estas descobertas. Por isso Newman sofreu, dado que o objectivo do Movimento não era proselitista mas, tentava sobretudo, compreender que havia ligação entre as duas Igrejas e, de uma forma arrojada, tentar descobrir onde estaria a Verdade.

---

<sup>17</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos*, Cartas, 31.

<sup>18</sup> FARIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

<sup>19</sup> Cf. Ibidem.

Os escritos de John Newman levaram a que muitos daqueles que com ele entraram para este Movimento se convertessem, levando à Igreja Católica, professores, escritores e muitos cristãos que tinham uma enorme sede da Verdade<sup>20</sup>.

Diz um artigo sobre este Movimento de Oxford que:

“No início, Newman negava ardentemente as acusações de que o Movimento tinha como objetivo levar os anglicanos para a Igreja Romana. Com o tempo, porém, o futuro cardeal da Igreja viria a despir-se completamente dos seus preconceitos, abraçando a verdadeira Igreja de Cristo”<sup>21</sup>.

Que relação teve este movimento com a vida de Mary Jane Wilson?

Para D. Teodoro de Faria, Bispo emérito do Funchal, é provável que Newman e Mary Jane nem se tivessem conhecido, mas a obra que realizaram foi notável. O seu ardor pela educação e pela caridade harmonizavam-se perfeitamente, o que leva a crer que Mary Jane Wilson tivesse conhecido a obra de Newman e encontrasse nela uma verdadeira inspiração na descoberta do verdadeiro Deus e do seu verdadeiro lugar na Igreja.

Também a busca da Luz é algo que terá levado Mary Jane Wilson a inspirar-se no Beato Newman. Uma Luz que a levasse à liberdade, não a uma liberdade a qualquer preço, mas a uma liberdade para viver a graça de Deus em acção. Uma orientação encontrada não nas divergentes opiniões dos pastores anglicanos em relação à fé, mas claramente na forma como a Igreja Católica comunicava o símbolo dos apóstolos aos seus fiéis. Quer para Mary, quer para Newman, havia muito mais unidade na Igreja Católica que na Igreja Anglicana<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Ibidem.

<sup>21</sup> <http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<sup>22</sup> Cf. FÁRIA, D. Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*.



### 1.1.3 - A descoberta da Igreja Católica

A descoberta de uma nova forma de viver o cristianismo, vai acontecer na vida de Mary Wilson. O seu testemunho e forma de conhecer melhor Jesus Cristo ocupar-nos-á nas páginas que se seguem.

Como anteriormente vimos, a certa altura, Mary Jane Wilson passa a viver sozinha com sua tia. Todavia, nem tudo correu como o esperado, pois alguns problemas económicos e de um certo isolamento afectaram a vida das duas mulheres. Para Mary era simples, bastava que a tia Ellen investisse o seu capital e o problema provavelmente se resolveria. Contudo, tal decisão não foi a opção da tia pois teve medo de ficar sem nada. No entanto, isto não foi uma derrota, nem propriamente um vazio; constituirá uma interpelação para que se dedicasse ao serviço dos mais pobres.

Mary Jane Wilson reflectia sobre muitas questões; a questão de Deus também se lhe pôs e, dado os valores religiosos em que fora instruída, ainda mais se interrogava.

A hipótese de sair de casa foi motivo de partilha com o seu irmão Charlie; numa carta que lhe escreve a 20 de Julho de 1867, refere o seguinte:

“Começo a duvidar se serei capaz de continuar a viver com a tia. A minha vida com ela foi sempre, mais ou menos um tormento. (...) Seja como for, as coisas chegaram a tal ponto que vivo com permanente receio dela. Quase não me atrevo a sair da casa sem licença e, em geral a sua vigilância é tão severa e a vida em casa tão amarga que me sinto cansada da vida e o meu desejo é que em breve se acabe”<sup>23</sup>.

Mary não aguentou todas estas barreiras e, percebendo alguma incompreensão da tia, em 1873 deixa-a, como podemos ver neste excerto que diz:

---

<sup>23</sup> CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

“(...) em Newquay (...) comunicou à tia a vontade decisiva de se converter, e isto evidentemente, foi na sua maioridade e depois de pesar todas as consequências e vencer as dificuldades”<sup>24</sup>.

E noutro excerto somos confrontados com o seguinte:

“Quando a graça bateu à porta do seu coração, ela queria ir à missa e metia-se na carruagem sem dizer nada à tia. E lá se foi instruindo e resolvendo as dificuldades, e foi-se pondo no caminho verdadeiro. A tia que se julgava na religião verdadeira, não podia ver a sobrinha, e esta também sofria horivelmente. Mary Jane Wilson tudo isso sentia, mas não podia mudar de intento. Ficou doente. Entretanto, os médicos aconselharam-na a viajar para o bem da sua saúde”<sup>25</sup>.

Mary Jane na sua conversão ao catolicismo teve como orientador um padre redentorista, o P. Chierici, que a levou a aprender o necessário para ser baptizada. Ajudou-a muito a ultrapassar turbulências e contrariedades que lhe resultaram da nova opção de vida.

Além deste sacerdote redentorista, outros também a ajudaram a encontrar a Verdade. O papel deles foi tão marcante que, na altura em que Mary Wilson foi baptizada, os padres redentoristas de Boulogne-Sur-Mer, na igreja de Santo Afonso Maria de Ligório em França, escreveram no livro de crónicas da casa o seguinte:

“A menina Wilson, (...) chegou também a Boulogne de uma maneira providencial. (...) Aqui chegou durante um retiro das senhoras. Instruída e também cheia de boa vontade, pediu um Padre. O P. Chierici, chamado, saiu do confessionário; ao passar recebeu uma pequena imagem de Nossa Senhora das Vitórias que uma pessoa, que regressara de Paris, lhe ofereceu. No locutório o Padre pediu à menina protestante que aceitasse esta pequena imagem. Ela aceitou e pediu muitas vezes nas suas orações, tornar-se boa como S. Francisco de Sales. Por fim, tendo ainda dúvidas no seu espírito, rezou com fervor a S. Francisco de Sales e todas as

---

<sup>24</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 53.

<sup>25</sup> Testemunho da Irmã Maria do Carmo Pereira, TD 1, in RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 36.

suas dúvidas se dissiparam imediatamente. Ela foi baptizada sob condição e abjurou com alegria”<sup>26</sup>.

A conversão de Mary Jane Wilson deu-se numa noite em que esteve em constante oração; foi a 30 de abril de 1873. Nessa noite orou intensamente perante a imagem de Nossa Senhora das Vitórias; tinha então 32 anos.

Aos 33 anos de idade foi baptizada sob condição a 11 de Maio de 1874, recebendo também o Sacramento da Eucaristia no mesmo dia; a 8 de julho do mesmo ano recebeu o Sacramento da Confirmação, acrescentando então ao seu nome o de Francisco de Sales<sup>27</sup>.

Após o baptismo, Mary Jane não aguenta a reserva de silêncio e comunica o facto à sua tia; esta concluíra que a sobrinha tinha cometido um erro, mas o carinho que por ela sentia levou-a a ter respeito pela opção tomada.

É interessante constatar que, depois destes grandes acontecimentos, a sua devoção a Nossa Senhora das Vitórias, bem como a S. Francisco de Sales foi em crescendo. Olhava para Maria e via nela a medianeira a quem pedia que lhe desse a graça de uma mansidão semelhante à de Francisco de Sales<sup>28</sup>.

Depois deste conturbado processo na vida de Mary Jane Wilson, surge uma vida nova pela frente; há novos caminhos a serem postos como possibilidades, novos sonhos e vontades a serem realizadas. Uma dessas vontades é a caridade.

Entre outras coisas, já no ano do seu baptismo, tinha sido inscrita na associação da Sagrada Família; a 16 de Julho é recebida como Filha de Maria no convento das Ursulinas de Boulogne. Entra também nesse ano na Associação de S. Francisco de Sales. Nos anos seguintes, é admitida na Ordem Terceira de S. Francisco de Assis onde professa e posteriormente muda de nome para Josefina Francisca de Jesus<sup>29</sup>.

---

<sup>26</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11, in BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 55.

<sup>27</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, História de uma grande convertida e sua acção na Ilha da Madeira*, Oficinas Gráficas do Jornal da Madeira, Funchal, 1973, 5.

<sup>28</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 56.

<sup>29</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 40-41.

Nas suas viagens após a conversão ao catolicismo, Mary Jane Wilson opta por fazer peregrinações a Lourdes, Roma, Assis e mesmo a Jerusalém, o que a leva a abrir horizontes sobre a realidade da Igreja Católica.

O seu coração aberto aos outros levou Mary a dedicar-se aos estudos, tornando-se enfermeira, com o objectivo de fazer o bem. Lugares como Paris e Londres foram centros onde exerceu a profissão de enfermeira.

#### **1.1.4 - A Viagem para a Madeira**

Corria o ano de 1881. Mary Wilson, com 40 anos de idade, no dia 26 de Maio, desembarca na Madeira<sup>30</sup>. A sua vinda teve como finalidade o acompanhamento de uma jovem senhora doente que vinha para a Madeira por motivos de saúde e que, mais tarde, em 1882, regressaria a Inglaterra<sup>31</sup>.

Por este tempo, era Bispo da Diocese do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto<sup>32</sup>. “O grande Bispo D. Manuel Agostinho Barreto descobre nela um dom de Deus caído do céu e abre-lhe a diocese à evangelização”<sup>33</sup>. A jovem enfermeira aceita o convite. Acabou por ser uma grande auxiliadora na catequese, assim como na caridade e na educação das crianças, no cuidado aos doentes como iremos abordar mais à frente<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup> Registo de passageiros da Administração do Concelho do Funchal, nº 100 e no Diário de Noticias de 28 de Maio de 1881, in FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 56.

<sup>31</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, AIW, Funchal, História da Congregação diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, 1911. MDW 40, Cx. 11.

<sup>32</sup> Tendo conhecimento da acção caritativa de Mary Jane, pede-lhe para ficar na diocese. Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 45-46.

<sup>33</sup> FARIA, Teodoro, *As vitórias de Deus na Madre Wilson*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 9 de Dezembro de 2012..

<sup>34</sup> FARIA, Teodoro, *De John Newman a Mary Wilson – Razão e Fé*, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 5 de Setembro de 2010.

## **1.2 - A Madeira no fim do século XIX e inícios do século XX (1881 -1916)**

Neste ponto do primeiro capítulo vamos procurar caracterizar a Ilha da Madeira desde o período em que Mary Jane Wilson lá chegou, até ao momento do seu falecimento.

Consagraremos particular atenção ao contexto social e religioso, por forma a podermos compreender mais de perto o que era a Madeira que Mary Jane escolhera para viver.

Vamos referir neste ponto introdutório que a Ilha da Madeira já era conhecida de Mary, sobretudo pelas leituras que tinha feito em livros acerca desta ilha<sup>35</sup>.

### **1.2.1 - O contexto social**

Quando Mary Jane Wilson desembarcou na Madeira, a ilha contava com cerca de 130.584 habitantes no ano de 1878, no conjunto do seu arquipélago; crescera lentamente nos anos seguintes; no ano de 1890 encontram-se registados 134.040 habitantes. O concelho mais populoso era o do Funchal, seguido à distância por Machico e Ribeira Brava. Nos fins do séculos XIX emigrava-se frequentemente; ia-se para outras terras em busca de uma vida melhor, com melhores condições. Nessa altura as zonas mais procuradas eram: América do Norte, algumas cidades inglesas e também África<sup>36</sup>.

Os Madeirenses que ficavam na ilha sobreviviam da agricultura, plantando na sua terra tudo o que era necessário para a sustento das suas famílias. Eram também muitos os que

---

<sup>35</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 65.

<sup>36</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989, 272.

criavam gado e aves que davam carne, leite e ovos. Eram poucas as coisas que se compravam, pois a população vivia muito à base de trocas que se faziam.

Estávamos na fase do regime liberal, que também chegou à Madeira e fez algumas alterações na organização administrativa, repercutindo-se na forma de viver.

A parte administrativa sofreu alterações. Em 1875 o governo central dividiu a Madeira em quatro comarcas.

No que toca à conjuntura política não podemos esquecer que durante a permanência de Mary Jane Wilson muitos acontecimentos se sucederam, tais como: a eleição de um deputado republicano, em 1882, para a Câmara dos Deputados em Lisboa. Esta eleição levou a que a Madeira tivesse nas Cortes alguém que pudesse defender os seus interesses. E isso se fez com reivindicações oportunas. Como podemos ver

“(...) a presença de um deputado do povo, no Parlamento não gorou as expectativas dos madeirenses, pois nas sessões legislativas de 1883 e 1884 fez chegar aí as principais reclamações quanto aos problemas económicos, às reformas administrativas e ao incessante movimento de emigração”<sup>37</sup>.

Outra realidade que se verificou nessa altura foi a reivindicação da autonomia, especialmente na última década do século XIX. Era frequente aparecer em certos comentários a petição para que a Madeira fosse tratada como os Açores, onde se verificava alguma descentralização. O tratamento “autonómico” só sucederá no ano de 1901<sup>38</sup>.

Um dos acontecimentos que mexeu muito com a vida religiosa da Ilha da Madeira foi o advento da República, um período conturbado da história do qual se ressentiria a Igreja e as congregações religiosas que haviam sido reconhecidas oficialmente pelas autoridades locais e nacionais.

A primeira guerra também constituiu um grave problema social dado que houve um

---

<sup>37</sup> VIEIRA, Alberto, *História e Autonomia da Madeira*, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001. 282.

<sup>38</sup> Cf. *Ibidem*, 289-290.

“despertar o espírito autonómico insular. A frustração face às esperanças federalistas não assumidas pelos republicanos fez com que a solução fosse de novo orientada pelos sectores monárquicos da sociedade insular”<sup>39</sup>.

Houve ainda apelos para que acontecesse uma descentralização dos poderes que estavam em Lisboa como forma de combater os problemas que a entrada na guerra causava. Diziam mais: “a descentralização não aliena a qualidade de português, mas dá à região descentralizada foros de se governar por si mesma, sem tutela de governos que nem sempre estão a par das necessidades das diversas regiões”<sup>40</sup>.

Como já foi referido, a ilha da Madeira, no início do século XX, não ficou indiferente ao resto de Portugal; sofreu também as consequências da República, como se verá mais adiante. A par disso, conheceu um forte surto de cólera que abalou bastante a generalidade da população<sup>41</sup>.

### 1.2.2 - O contexto religioso

A Madeira nos fins do século XIX era governada espiritualmente por D. Manuel Agostinho Barreto<sup>42</sup>. Bispo estimado, considerado por muitos como pessoa santa; foi um homem de fé e determinado no seu múnus pastoral. Alguns afirmam que sem ele não seria possível escrever a História da Igreja em Portugal<sup>43</sup>. Teve ainda a particularidade de ter sido dos últimos bispos que estudaram teologia na Universidade de Coimbra. Desde 1877, ano da entrada na Diocese, escreveu todos os anos uma carta pastoral para toda a Diocese.

Segundo a Irmã Conceição Pereira, o clero do Funchal, antes da chegada de D. Manuel Agostinho Barreto, era “pouco zeloso, limitava-se a ensinar o povo antes da missa na

---

<sup>39</sup> Ibidem, 318.

<sup>40</sup> Ibidem, 318.

<sup>41</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 64-70.

<sup>42</sup> Governou a Diocese do Funchal entre 1877 e 1911.

<sup>43</sup> Cf. PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 454.

Quaresma, a que pouca gente assistia. Quase ninguém frequentava os sacramentos”<sup>44</sup>. Mas isto veio a melhorar consideravelmente ao longo dos anos do episcopado de D. Manuel Agostinho Barreto.

Uma das grandes obras deste homem foi a construção do Seminário da Encarnação. Para o Bispo, era necessário ter padres bem formados, padres capazes; para isso era preciso criar condições para essa sólida formação. Para tal pediu ajuda aos Padres Vicentinos que trouxeram para o seminário “(...) uma feição de acentuada piedade, de rigorosa disciplina e de amor ao estudo, que bastante contrastava com o regime que ali se observava anteriormente”<sup>45</sup>.

Para além de D. Agostinho Barreto, Mary Jane Wilson teve também contacto próximo com o prelado seguinte, D. António Ribeiro, Bispo que viria a aprovar as Constituições<sup>46</sup> da Congregação em 1935, como mais à frente vamos poder constatar<sup>47</sup>.

Foi também a situação da Madeira, quer do ponto de vista social quer do ponto de vista religioso que levou Mary Jane Wilson a ter um ardor missionário que a tornou capaz de, com a ajuda de Deus e inspiração da Sua Mãe Santíssima, pôr mãos à obra na realização, sobretudo, de obras ligadas ao ensino, à saúde e à formação cristã, que muito beneficiaram a sociedade e a vida religiosa da Diocese, mesmo antes da fundação da Congregação.

Será todo esse mundo de carências que levará Mary Jane Wilson a fundar a Congregação; isso aconteceu no dia 15 de Janeiro de 1884; as primeiras profissões serão feitas em 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz<sup>48</sup>.

---

<sup>44</sup> Irmã Conceição Pereira, Vida resumida, MIC 1, 2, in TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003, 36.

<sup>45</sup> PEREIRA, C. N. Eduardo, *Ilhas de Zargo*, 445.

<sup>46</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56.

<sup>47</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 90.

<sup>48</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.



### **1.3 - A oportunidade de uma Fundação**

Neste terceiro ponto mencionaremos as motivações que levaram Mary Jane Wilson a fundar a Congregação das Irmãs Vitorianas.

Vamos percorrer o caminho sobre as condições e interpelações que encontrou na Ilha da Madeira e, posteriormente, compreender como foi tão importante o espírito de S. Francisco de Assis para a sua vida e para a sua Congregação. Após esses preliminares, diremos como se deu a fundação.

#### **1.3.1 - A entrega à sociedade envolvente**

Quando Mary Jane Wilson chegou à Madeira, a sua vontade era, sobretudo, a de ajudar a família com quem vinha. Contudo, a sua obra irá muito para além dessa família com quem desembarcara. A sua vida alterou-se completamente quando Mary Jane, recém convertida, se apercebe que havia muitas crianças sem escola, sem catequese, muitos doentes sem cuidados, sem remédios, famílias sem pão, uma Igreja decadente, sem zelo pastoral e sem formação cristã. Decorrente disso, não podia ficar impávida e serena a observar tal situação<sup>49</sup>.

Quis inverter tal situação; reuniu crianças e começou a instruí-las; ao mesmo tempo que visitava doentes, também lhes levava remédios e alimentos.

“No Torreão, hoje Adega do Torreão, no Funchal, fixou residência e fundou o primeiro centro de catequese e de amparo às crianças pobres e órfãs. Dali acorria a diversos lugares. Foi esta prestimosa actividade que levou o Prelado a solicitar a sua permanência na Ilha”<sup>50</sup>.

Neste contexto de entrega ao povo madeirense, funda em 1882 um dispensário, um hospital para crianças e adultos com internato e externato e uma pequena escola primária. No

---

<sup>49</sup> Cf. Ibidem, 35-36.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 46.

ano seguinte instituiu a Orfandade de Santa Isabel, casa de educação para órfãos e crianças abandonadas; funda também o Colégio de São Jorge em 1883<sup>51</sup>. O que as alunas deste Colégio, do Funchal, pagavam, servia de sustento à Orfandade de Santa Isabel, sempre com o intuito de melhorar ainda mais toda a situação social em que se encontrava a Ilha.

Toda esta boa obra levou a que a diocese do Funchal ficasse com melhor formação catequética, preparando as crianças para os sacramentos de iniciação e proporcionando melhores condições de saúde. A irmã Wilson ensinava às meninas a fazer trabalhos manuais que lhes serviam para a sua vida futura.

### **1.3.2 – Carisma e a espiritualidade franciscanas**

Os inícios de fundações religiosas deram-se por especial inspiração de fundadores; assim aconteceu com Francisco de Assis, com Domingos de Gusmão, com Inácio de Loiola, Arnaldo Janssen, Teresa de Ávila, Maria Clara e Mary Wilson. Quando o Espírito Santo quer enriquecer a Igreja com uma nova instituição de perfeição e apostolado começa por tocar um grande homem ou uma grande mulher. A eles inspira a ideia da fundação, da finalidade e da fisionomia do instituto; para isso os cumula de vários dons.

Essa especial doação ou comunicação de graça que Deus faz a um fundador para a utilidade da Igreja é o que chamamos Carisma.

Pelo carisma confia Deus aos fundadores uma missão na Igreja como uma obra de serviço a esta, dentro do plano divino e salvífico. Carisma e missão implicam-se mutuamente. Esta missão é comunicada ao fundador, não para ser cumprida só por ele mas também por um grupo de pessoas que recebendo uma vocação semelhante à do fundador, ao longo da história, são impelidos a assumir activamente o carisma e tudo o que o carisma comporta.

---

<sup>51</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 8.

O carisma dos fundadores não é pois um dom individual, mas social, daí que seja transmissível a outras pessoas e perdurável ao longo dos tempos, estando sujeito às vicissitudes e evolução históricas mas conservando sempre a identidade original<sup>52</sup>.

A espiritualidade de um instituto é o modo evangélico especial com que esse instituto realiza a sua missão<sup>53</sup>. Cada Congregação tem a sua espiritualidade própria que não se confunde com o carisma; o carisma diz respeito aos elementos objectivos, ou seja, ao modo pessoal de possuir e viver os elementos dessa doação de graça, enquanto que a espiritualidade tem a ver como se fazem as obras.

Mary Jane Wilson quando pensou a fundação da sua Congregação ateve-se muito à espiritualidade franciscana. Semear a Paz de Deus, ter como fruto dessa paz a alegria e estar constantemente alegre em Deus eram, de facto, algumas das muitas qualidades que se observava em Francisco de Assis. Mary Jane Wilson queria também que a sua Congregação fosse pobre, nunca esquecendo a especificidade do carisma; a pobreza consistiria, sobretudo, no dar-se, no estar com os pobres e viver para eles.

Simplicidade e humildade eram as qualidades que se pediam a todas aquelas mulheres que, como a Irmã Wilson, queriam dar-se totalmente a Cristo, no carisma franciscano.

Por fim, e sendo a Madeira uma terra fértil em bens naturais, Mary Jane sentia que se devia amar a Natureza e os outros bens criados como dons imensos que Deus a todos concedia, conforme se irá observar nos cuidados que ela terá com os jardins da casa do Santo da Serra.

Com todas estas indicações, não será difícil a entrega total a Jesus e a todos aqueles a quem a dimensão do serviço ao próximo as levasse<sup>54</sup>.

---

<sup>52</sup> Cf. Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, 1996, 13-14.

<sup>53</sup> Cf. CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

<sup>54</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 112-115.

### 1.3.3 – A fundação da Congregação

No ano de 1883, precisamente dois anos após a sua chegada à Madeira, a obra de Mary Jane Wilson, nomeadamente no campo da educação, da catequese e da saúde, começou a ter uma expressão de quantidade e qualidade que impressionavam. Tomou-se consciência que era impossível realizar todo esse bem fazer com apenas uma só pessoa.

Devido à dificuldade da língua e ao muito trabalho, Mary Jane Wilson foi até ao Hospício Princesa D. Maria Amélia pedir auxílio para a continuação da sua obra. Na altura, tal como hoje, as irmãs que estavam neste lugar eram vicentinas. Houve da parte das vicentinas uma abertura às preocupações de Mary. Depois de consultadas as meninas que estavam no hospício, houve uma que se ofereceu para ajudar Mary Wilson. Tinha o nome de Maria Amélia de Sá; esta acompanhará a Mary Wilson desde Junho de 1883 até à sua morte a 18 de Outubro de 1916.

Foi a 15 de Janeiro de 1884<sup>55</sup>, conforme relata a agenda pessoal de Mary Jane Wilson<sup>56</sup>, que se fundou a Congregação; data essa que passou a ser celebrada como o aniversário da Congregação. O desejo inicial do nome para a fundação foi o seguinte: Congregação Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias<sup>57</sup>. A fundação deu-se no Palácio de São Pedro<sup>58</sup>.

O nome que depois prevaleceu foi o de: “Congregação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias”; essa foi a designação escolhida; o seu principal objectivo foi o de trabalhar na acção apostólica e caritativa, na Diocese de Funchal<sup>59</sup>.

As necessidades eram grandes; isso levou Mary Wilson, a pedir ajuda às irmãs da Ordem Terceira de S. Francisco, nativas da Ilha, para com ela trabalharem. E como a obra crescia, era necessário crescer também em colaboradores, isto é, pessoas que tivessem o

---

<sup>55</sup> Apesar desta ser a data celebrada como data da fundação, a Congregação teve as primeiras profissões a 15 de Julho de 1891 na Capela da Misericórdia de Santa Cruz.

<sup>56</sup> Que num encontro com Amélia Amaro de Sá, futura Irmã Elizabeth, tal desejo se realizou.

<sup>57</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37.

<sup>58</sup> AG, Apelação, conforme testemunho escrito pela Irmã Maria do Cenáculo Menezes.

<sup>59</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 116-117.

sentido apostólico da caridade. Queria mulheres que dessem a sua vida a Deus, que se consagrassem ao serviço.

O nome da congregação nem sempre foi consensual. Em 1890, eram conhecidas no Funchal com o nome de Irmãs de S. Francisco do Funchal e em 1891, são conhecidas em Santa Cruz com o nome de Irmãs Franciscanas de Santa Cruz.

No dia 15 de Julho de 1891, na capela da misericórdia de santa Cruz, professaram por um ano as 3 primeiras irmãs da Congregação. Estes votos eram temporários; a fundadora Mary Jane Wilson professou pela primeira vez nesse dia. Para muitos esta é considerada a data da fundação canónica<sup>60</sup>. Os votos perpétuos na Congregação só aconteceram mais tarde, concretamente em 1935.

O primeiro documento que demonstra que a Congregação estava erecta na diocese do Funchal aparece em 1893. O documento tem a assinatura do Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto, com a data de 4 de outubro de 1883<sup>61</sup>.

Em 1893, Mary Wilson achou por bem juntar as irmãs da sua Congregação com as da Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição; como já tinha 50 anos, e a entrada no noviciado naquela Congregação só se fazia até aos 25 anos, fez então uma “súplica” ao Santo Padre com a data de 4 de Outubro de 1893 para entrar na referida congregação; este documento é o primeiro a atestar que a Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias estava erecta na diocese Funchal<sup>62</sup>. O Bispo do Funchal confirmou e recomendou esta súplica. Entretanto a Irmã Wilson mandou postulantes fazer o noviciado naquela Congregação<sup>63</sup>.

Por esta altura, D. José Neto, Patriarca de Lisboa, fundou as cozinhas económicas para os pobres de Lisboa e pediu irmãs hospitaleiras para tomar conta destes espaços. Isto fez com

---

<sup>60</sup> Cf. Ibidem, 52-53.

<sup>61</sup> CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, 59. Cx 35.

<sup>62</sup> ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1.

<sup>63</sup> Cf. MDW 114, in AIW Lº 15 in Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 61.

que não houvesse irmãs disponíveis para enviar para a Madeira, mais concretamente para Santa Cruz onde o auxílio das mesmas se fazia sentir. A 1 de Janeiro de 1884, a Madre Clara<sup>64</sup>, escreve ao Padre Prévot e ao barão da Nora a informar da tristeza que sentia por não poder enviar irmãs para Santa Cruz; as cozinhas económicas de Lisboa condicionavam aquela situação<sup>65</sup>. A reação foi a de que se não havia irmãs para enviar para a Madeira então a Irmã Wilson também não poderia sair da Madeira. Isto levou a Congregação das Vitorianas a desistir da ideia da fusão e a fazer percurso como instituição autónoma.

Em 1896, o Bispo do Funchal concede, pela primeira vez, a autorização para que as irmãs usem o hábito religioso e emitam votos públicos anuais, pois até ali eram apenas de seis meses. Por esse tempo, orientavam-se e professavam a Regra da Ordem Terceira Secular de S. Francisco<sup>66</sup>.

### **1.3.4 – Dificuldades no início da fundação**

Foi no regime liberal que a Congregação foi fundada. Esse foi um tempo de alguma crispação entre o poder de então e as instâncias religiosas. Depois veio a implantação da República que deu um grande golpe na Congregação com a expulsão das ordens religiosas<sup>67</sup>. As vitorianas não ficaram indiferentes a tal expulsão. Sofreram muito com isso pois tiveram irmãs que foram para junto das suas famílias, outras que fugiram dos espaços onde laboravam e outras, como a Irmã Wilson, que teve de abandonar a Ilha da Madeira<sup>68</sup>.

---

<sup>64</sup> “Libânia do Carmo, que tomou em religião o nome de Clara do Menino Jesus, nasceu num tempo singular e sentiu os desafios de ser cristã e de ser Igreja, numa sociedade cultural e politicamente a afastar-se do ideal cristão. As crises sociais e as epidemias da peste indicaram-lhe os pobres como destinatários do seu amor. Mas não esqueçamos a sua ousadia missionária e a sua firmeza, mostrada perante todas as dificuldades com que se foi deparando. E as que encontrou no seio da sua própria família religiosa não foram, certamente, as mais fáceis. Mas não desistir é apanágio dos santos. Fundou uma Congregação Religiosa. Na segunda metade do séc. XIX, em Portugal, foi ousadia notável. Não copiou nenhuma já existente, pois queria responder ao momento que então se vivia. Percebeu que a mulher que quer ser santa é chamada a ser uma explosão do amor de Deus, aquele amor que transforma o mundo.” In POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 106.

<sup>65</sup> Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 60.

<sup>66</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson, Roteiro*, 40.

<sup>67</sup> Convém recordar que quem foi expulso, foram todos os Jesuítas bem como todos os frades e irmãs estrangeiras que estavam nas congregações que estavam em Portugal. Os outros elementos das ordens podiam viver em comunidade no máximo de três desde que comunicassem devidamente às autoridades.

<sup>68</sup> A Irmã Wilson, e a maior parte das irmãs, exceptuando as que estavam no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que ficaram a exercer o múnus de enfermeiras naquele lugar, foram forçadas a abandonar os seus afazeres. As outras, expulsas das suas comunidades, tiveram que encontrar solução para a sua vida, umas foram para a casa da família, outras para casas de

A irmã Wilson passou por um processo doloroso mas, depois das muitas tentativas, consegue finalmente voltar à Madeira. Contudo o adiamento foi-se sucedendo; em Junho de 1911, numa carta escrita à Irmã Isabel refere o seguinte: “As minhas esperanças de regressar à Madeira estão muito em baixo. Parece quase certo que não o poderei fazer. Que se faça a santa vontade de Deus!”<sup>69</sup> E no mês de Julho em carta dirigida às Irmãs diz: “A minha esperança está em vias de ser realidade, espero em breve. Devem orar muito.”<sup>70</sup> Passados três meses escreve uma outra carta às Irmãs em que afirma: “Eu penso que a partida será a 28 de Outubro, de Southampton, e a chegada aí, a 1 de Novembro, dia de Todos os Santos.”<sup>71</sup> Tal foi possível porque Mary Jane conseguiu uma autorização de doente que precisava do clima da Ilha da Madeira para se restabelecer, o que tornou mais fácil todo o processo de regresso, e mesmo de desembarque em relação às autoridades<sup>72</sup>. Quando chegou à Madeira, a 1 de Novembro de 1911, a Irmã Wilson ficou uns dias no Funchal em casa de pessoas amigas e, posteriormente, foi para Santa Cruz, onde se hospedou na pensão D. Maria, não esquecendo de avisar da sua presença ali as irmãs que estavam a trabalhar no Hospital. Prudentemente foi para o Santo da Serra onde procedeu à restauração da Congregação<sup>73</sup>.

Este regresso da Irmã Wilson foi um bálsamo para a vida da Congregação dado que muitas voltaram a reunir-se. Segundo um relato da Irmã Conceição Pereira, um grupo de 15 irmãs<sup>74</sup> “(...) combinaram reunir-se na Igreja de São Pedro em 1912 com as portas fechadas. Na sacristia, como quem ia praticar um crime, reuniu a Irmã Maria de São Francisco as suas filhas e com elas renovou com muito fervor os seus Votos, acrescentado mais um, como foi ordenado pelos Superiores: o de guardar segredo sobre a existência da Congregação.”<sup>75</sup>

---

pessoas amigas e houve também algumas que tiveram que viver em casas alugadas. Algumas até ficaram mesmo sob a vigilância policial, pois eram consideradas pela policia como possíveis prevaricadoras das leis que o Decreto estipulava.

<sup>69</sup> RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 465.

<sup>70</sup> Ibidem, 472.

<sup>71</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 343.

<sup>72</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx ,11.

<sup>73</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 28-29.

<sup>74</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>75</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 54.

Consta também que estes votos foram feitos na presença do Pároco, Mons. Joaquim de Paiva<sup>76</sup>.

Depois destes acontecimentos a Irmã Wilson manteve-se no Santo da Serra, onde se dedicava à oração, à leitura e à catequese de adultos, de um modo especial aos da Ordem Terceira Franciscana que tinha sido fundada por ela. Era muito frequente receber pessoas que lhe vinham pedir auxílio, que lhe vinham pedir uma palavra de estímulo para a sua vida. Depois de alguns anos a viver nesta casa do Santo da Serra, vai para Câmara de Lobos, mais propriamente para o convento de S. Bernardino<sup>77</sup>, lugar onde entrou a 12 de Outubro de 1916 e onde expirou a 18 de Outubro do mesmo ano<sup>78</sup>.

“A notícia correu e de todos os lados vieram Irmãs, sacerdotes e povo de Deus para participar no funeral que foi presidido pelo Senhor Bispo. O seu corpo foi sepultado no cemitério de Câmara de Lobos, em jazigo emprestado por uma família amiga.

Após o funeral o Bispo, D. António Manuel Pereira Ribeiro, reuniu as Irmãs e nomeou a Irmã Elisabete como Superiora Geral e como Mestra de Noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes.”<sup>79</sup>

Ficou assim normalizado o processo de continuidade da Congregação.

---

<sup>76</sup> Os caminhos do Padre Paiva encontraram-se com os da Irmã Wilson. Tais encontros foram preponderantes na vida da Congregação. Era um padre diocesano que se tornou um bom conselheiro e orientador para a Congregação.

<sup>77</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 56-57.

<sup>78</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 202.

<sup>79</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 57.



## **2 - Expressões de um carisma antes do Concílio Vaticano II**

Depois de termos feito uma síntese histórica sobre a vida da Irmã Wilson, bem como sobre a formação da Congregação, vamos agora analisar o percurso histórico da Congregação antes do Concílio Vaticano II, para percebermos, de maneira geral, o modo como a Congregação foi crescendo e dando respostas aos desafios do tempo.

### **2.1 – Consolidação da Congregação**

Neste ponto vamos abordar de uma forma mais concreta o como e o onde se estabeleceu a Congregação; vamos procurar entender a sua formação, compreender a sua legislação interna e ver até que ponto este sonho de Mary Jane Wilson foi gerador de testemunho para todos os que a rodeavam e a seguiam.

Vamos tentar, de uma forma concisa, encontrar os principais momentos desta obra que surge na Diocese do Funchal nos finais do séc. XIX. Começaremos por abordar a formação da Congregação, o processo de consolidação; o seu reconhecimento jurídico e as constituições que se aprovaram. Como expressão de vitalidade; incidiremos estudo sobre a pastoral vocacional.

Numa segunda parte deste segundo capítulo falaremos da Obra da Congregação, a saber: as casas, o cuidado aos doentes, o apoio ao clero e a expansão da Congregação.

Terminaremos este capítulo abordando o tema da República e suas consequências. Veremos que implicações teve a República na Congregação; que fidelidade tiveram as Irmãs durante este tempo conturbado e depois finalizaremos referindo como regressaram à normalidade.

### **2.1.1 – Personalidade jurídica**

Os religiosos regulares em Portugal estavam proibidos desde 1834 com o liberalismo. Algumas ordens criptaram-se; fundaram-se outras como as Irmãs Hospitaleiras e as Franciscana Vitorianas. Mas tal não foi feito de forma fácil, foram muitos os problemas, um deles como vamos ver, teve vários momentos.

Em 1901, corria o mês de Novembro quando a Irmã Wilson decidiu, com as devidas adaptações documentais, entregar ao Governo de então os “Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Uma vez aprovados, foram publicados no Diário do Governo. Estes estatutos davam personalidade jurídica à Congregação; que era apresentada como “A Associação de Nossa Senhora das Vitórias”. Estes estatutos davam também à Congregação a possibilidade de adquirir alvarás para o ensino e obras de caridade.

A situação jurídica só ficou assegurada em 1901 aquando do decreto de 18 de Abril de 1901 onde Governo concedia personalidade jurídica às associações religiosas que se dedicassem às boas obras em prol da sociedade. As ordens e congregações, oficialmente banidas, por meio do estatuto de associações, passam a ser legitimadas em Portugal.

À Congregação, por ser uma associação de cariz social, o governo de Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, concedeu-lhe personalidade jurídica a 26 de Dezembro de 1901 pela qual podia adquirir alvarás e imóveis para o ensino, isto é, fundação de escolas bem como estabelecimentos de solidariedade social<sup>80</sup>. Esta personalidade deu-se apenas pelo bem social que se fazia, não havendo nenhuma interpelação pelo facto de ser uma obra de cariz religioso.

Isto é, a Congregação foi aprovada como simples associação religiosa. O mesmo acontecendo com a maioria das ordens e congregações em Portugal.

---

<sup>80</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

Até à implantação da República consta que não existiram problemas no cumprimento destes estatutos, contudo, em 1910, com a implantação da república, as congregações religiosas foram extintas, o que levou também à extinção do trabalho de cariz social que muitas das irmãs realizavam.

O governo republicano por meio do decreto de 8 de Outubro de 1910<sup>81</sup> retirava aos institutos religiosos e também à Associação de Nossa Senhora das Vitórias a personalidade jurídica.

A Associação de Nossa Senhora das Vitórias resolveu a situação criando a Sociedade Empresa Escolar Nuno Álvares Lda, por escritura de 25 de Junho de 1925 com sede no sítio da Igreja, freguesia da Camacha<sup>82</sup> e com isto deu-se a resolução do problema jurídico da Congregação. No fundo, passou por um aproveitamento de uma situação legal para dar continuidade ao projecto que começou em fins século XIX.

Esta situação perdurou até 20 de Novembro de 1940, quando a Congregação foi reconhecida ao abrigo dos artigos n.ºs 3 e 4 da Concordata de 7 de Maio de 1940, celebrada entre a Santa Sé e o Governo Português<sup>83</sup>. Depois disto nunca mais houve problemas relacionados com a personalidade jurídica.

A 28 de Novembro de 1940 a assembleia geral da sociedade “Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda”, sob a presidência da gerente, Irmã Maria do Cenáculo Menezes, decidiu passar os prédios da sociedade para a Congregação das Franciscanas Madeirenses de

---

<sup>81</sup> Decreto da autoria de Afonso Costa, Ministro da Justiça, onde decretava a supressão das Congregações.

<sup>82</sup> Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, p 1.

<sup>83</sup> CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA de 1940:.

Artigo 3.º: A Igreja Católica em Portugal pode organizar-se livremente de harmonia com as normas do Direito Canónico, e constituir por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece personalidade jurídica.

O reconhecimento por parte do Estado da personalidade jurídica das associações, corporações ou institutos religiosos, canonicamente erectos, resulta da simples participação escrita à Autoridade competente feita pelo Bispo da diocese, onde tiverem a sua sede, ou por seu legítimo representante.

Em caso de modificação ou de extinção, proceder-se-á do mesmo modo que para a constituição, e com os mesmos efeitos .

Artigo 4.º: As associações ou organizações a que se refere o artigo anterior, podem adquirir bens e dispor deles nos mesmos termos por que o podem fazer, segundo a legislação vigente, as outras pessoas morais perpétuas, e administram-se livremente sob a vigilância e fiscalização da competente Autoridade eclesiástica. Se porém, além de fins religiosos, se propuserem também fins de assistência e beneficência em cumprimento de deveres estatutários ou de encargos que onerem heranças, legados ou doações, ficam, na parte respectiva, sujeitas ao regime instituído pelo direito português para estas associações ou corporações, que se tornará efectivo através do Ordinário competente e que nunca poderá ser mais gravoso do que o regime estabelecido para as pessoas jurídicas da mesma natureza. (LOURENÇO, Joaquim Maria, *Situação Jurídica da Igreja em Portugal*, 2ª ed. Coimbra, 1943, 495-496).

Nossa Senhora das Vitórias. A 30 desse mês do mesmo ano, a assembleia geral da sociedade nomeou a Irmã Maria de São Gabriel Ferreira procuradora geral<sup>84</sup>, e decidiu outorgar-lhe poderes para assinar as escrituras da transferência.

Esta personalidade jurídica readquirida em 1940 continua em vigor até aos nossos dias.

### **2.1.2 – Regra e Constituições da Congregação**

A forma de vida das irmãs vitorianas da terceira ordem regular de S. Francisco consiste em observar o Santo Evangelho de Jesus Cristo, vivendo os conselhos evangélicos em fraternidade. Seguem Jesus Cristo a exemplo de S. Francisco de Assis, sendo obrigadas a fazer o trabalho e a oração com perfeição. Também devem renunciar a si mesmas, tal como cada uma prometeu ao Senhor. As irmãs devem perseverar, como Francisco de Assis na verdadeira fé e renúncia de si mesmas para servir e agradar a Deus, na santa Igreja Católica e Apostólica. Devem viver em perene conversão evangélica, no espírito de oração, pobreza e humildade<sup>85</sup>.

Não podemos falar das constituições que surgiram na Congregação antes do Concílio sem falarmos primeiro dos estatutos espirituais dos finais do século XIX e inícios do século XX; tais estatutos eram internos, apenas conhecidos pelas irmãs, dos quais apenas conseguimos uma pequena parte que se denomina: Introdução. Em linhas gerais refere a espiritualidade a seguir. Como meio de santificação, assumia-se a regra e o espírito da Ordem Terceira de S. Francisco de Assis; refere também a forma como agir com as outras pessoas bem como a vida das próprias comunidades. Alude ainda à forma como as irmãs deviam prestar os seus serviços nas instituições que serviam, a forma como agir quando visitavam os pobres e doentes nas residências. Quando fosse necessário, tratariam os doentes gratuitamente, fazendo tudo o que estivesse ao seu alcance. Tratariam dos doentes no

---

<sup>84</sup> A procuradora geral tinha como função gerir os bens temporais da Congregação e na ausência da superiora geral gerir os bens espirituais, isto é, zelar pelo bem de toda a Congregação.

<sup>85</sup> Cf. Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem terceira regular de S. Francisco, Lisboa, 1983, 13-14.

domicílio, instruíam as crianças e os adultos. Estes Estatutos Espirituais falavam também da forma como rezar pelos defuntos. É importante referir que estas constituições impunham a obediência ao Bispo bem como aos padres das freguesias onde estivessem estabelecidas<sup>86</sup>.

Em 1916 aparecem umas Constituições redigidas pela Irmã Wilson e com um texto de aprovação do Bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, com data de 8 de Maio do mesmo ano. Nelas fala-se primeiramente das condições para admissão, depois temos a regra de vida, em seguida o terceiro ponto aborda o postulante, o noviciado e a fórmula dos votos. Para além de prometeram pobreza castidade e obediência prometiam também guardar durante a sua vida segredo e respeito pela Associação das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias e das suas constituições conforme se diz “(..) Prometo guardar segredo a respeito da Associação e suas constituições”<sup>87</sup>. Este guardar segredo tinha a ver com o facto de se estar a viver o período conturbado da República. Depois deste apanhado inicial vem um ponto que nos fala da prática dos votos de pobreza e de obediência. Em seguida é referido o cuidado pelas irmãs doentes, os processos de eleições, o padre director, os deveres da superiora diocesana<sup>88</sup>, tais como os das superiores locais. Segue-se a parte das mestras de noviças e das suas obrigações; são referidas também algumas regras gerais sobre a conduta das irmãs como a simplicidade, a prudência, a mortificação, a oração e outras recomendações. Estas constituições referem ainda a Oração pelos defuntos e a aprovação pelo Ordinário<sup>89</sup>.

Depois destas constituições de 1916 foi publicado o Código de Direito Canónico de 1917, o que levou a que as primeiras constituições que tinham sido elaboradas tivessem que ser renovadas.

Em 1935, o Pe José Rolim, da Ordem dos Frades Menores, fez a visita canónica a toda a Congregação. Elaborou as Constituições de 1935 por mandato de D. António Manuel

---

<sup>86</sup> Cf. Arquivo Geral, Cx 93.

<sup>87</sup> Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 8.

<sup>88</sup> Este cargo vigorou enquanto as irmãs se confinavam apenas à Diocese do Funchal.

<sup>89</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, anteriores à Publicação do Código de Direito Canónico de 1917, 1916, 35.

Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal. Este Prelado aprovou estas Constituições a 28 de Agosto de 1935.

O 1º Capítulo Geral, celebrado a 8 de Dezembro de 1935, em conformidade com o Código do Direito Canónico em vigor, aceitou estas Constituições. Para constar em documento escrito, a 7 de Dezembro de 1935, o Bispo do Funchal, D. Manuel Pereira Ribeiro concedeu o Decreto de Ereccção canónica da Congregação.

“O novo texto das Constituições era mais extenso e pormenorizado que o de 1916. Tinha uma estrutura bem demarcada e exprimia claramente a visão moral e jurídica própria da sua época. Não apresentava referências explícitas à Fundadora e eram poucas as do Evangelho, pois assim ordenavam as leis da Igreja nessa época para a Vida Religiosa”<sup>90</sup>.

Este foi um texto liberto de condicionantes politico-religiosas, o que deu mais liberdade às irmãs para fazerem um documento segundo o espírito que era desejado pela fundadora, isto é, muito conforme às orientações da Igreja e da vida consagrada.

Depois destas constituições de 1935, houve em 1938 a expansão missionária para Moçambique o que determinou que tivessem sido feitas novas alterações ao texto de 1935. No Capítulo Geral que aconteceu em 4 de Janeiro de 1950, foi introduzido um novo capítulo às constituições intitulado de “Espírito Missionário”; este capítulo deu orientações para a actividade missionária que nesta altura já contava com a experiência no terreno de 12 anos.

Para esta remodelação inserida nas constituições de 1951 foi muito importante a experiência missionária do Pe. Joaquim Capela, OFM.

No decorrer do processo de aprovação pontifícia da Congregação, as Constituições de 1951 foram remodeladas na sua estrutura essencial, sendo adaptadas à realidade eclesial e da Congregação. Posteriormente surgiram as Constituições de 1959 as quais foram elaboradas para fazer parte do processo em ordem ao Decreto de Louvor<sup>91</sup>. Estas constituições foram

---

<sup>90</sup> TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>91</sup> Este decreto é o que explicita o trabalho que a Congregação podia fazer.

aprovadas pelo Bispo do Funchal, que na altura era D. David de Sousa. A 30 Abril de 1959, a Santa Sé, no pontificado de João XXIII, concedeu à Congregação o “Decreto de Louvor” por sete anos<sup>92</sup> e, depois de alguns aperfeiçoamentos técnicos e jurídicos<sup>93</sup>, aprovou o texto das constituições de 1959. Estas constituições de 1959 não alteraram muito o texto base que continuava a ser o de 1935. Mas é curioso constatar que esta é a primeira vez em que no título aparece o nome actual: “Constituições da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias” dado que o nome que aparecia anteriormente era o de: “Franciscanas Madeirenses<sup>94</sup> de Nossa Senhora das Vitórias”<sup>95</sup>

### 2.1.3 – As vocações

Inserir este tema na tese tem como finalidade ver como foi crescendo a Congregação nos seus inícios. Mas, na verdade, a informação não é abundante; o processo das noviças até virem a professar os votos de pertença à Congregação era longo.

Para algumas jovens, segundo o testemunho oral de algumas irmãs, o processo de discernimento acabava por não levar à descoberta da verdadeira entrega a Jesus dentro da Congregação. Mas há também, segundo alguns livros, a percepção de que a Congregação foi crescendo ao ritmo da obra e das necessidades que tinha.

O que se tornou mais apelativo para que houvesse um crescimento desta obra começada nos finais do séc XIX foi a entrega da Irmã Wilson aos pobres, fossem eles de pão, de fé ou de cultura. Esta entrega foi sempre muito na linha do que era pedido pelo Bispo de então, D. Manuel Agostinho Barreto. Onde houvesse problemas, lá estavam as irmãs para os tentar resolver.

---

<sup>92</sup> Isto significa que a Congregação não ficou aprovada definitivamente.

<sup>93</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 76.

<sup>94</sup> Designação que só aparece nas constituições de 1916 e 1935.

<sup>95</sup> Cf. *Ibidem*, 77.

Na Madeira, na altura em que a irmã Wilson lá chegou, não existiam muitas congregações religiosas. Aliás consta que apenas havia a ordem das clarissas, irmãs de clausura, no mosteiro das Mercês no Funchal. Tal acto levou a que a Congregação criada pela irmã Wilson, uma vez que era de vida activa, e dedicada ao todo da sociedade, evangelizando em muitas zonas carenciadas, constituísse para muitas famílias da Madeira um grande testemunho e apelo à importância da consagração. Eis pois a explicação para o grande crescimento que esta Congregação teve nos seus primeiros anos.

Quanto ao número de vocações era razoável dadas as necessidades que se apresentavam; o número foi crescendo e, antes do Concílio, por volta dos anos 60, a Congregação contava com cerca de 500 irmãs.

Todavia para chegar a este número foi preciso muito empenho. Senão vejamos: no tempo em que a Irmã Wilson faleceu, ficaram ligadas às “Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias” 19 irmãs<sup>96</sup>.

A partir de 1918, a Congregação foi crescendo em membros, sendo que nos finais do ano 1961, a Congregação contava com 457 irmãs<sup>97</sup>, o que é verdadeiramente notável atendendo às privações pelas quais passou.

### **2.1.4 – Formação na Congregação**

A formação da Irmã Franciscana de Nossa Senhora das Vitórias pretende apoiar as Irmãs e as candidatas a concretizar a sua unidade de vida com Cristo no carisma e espiritualidade mariana e franciscana da Congregação<sup>98</sup>.

A formação na Congregação era feita não esquecendo que a grande missão era o serviço da caridade bem como a evangelização de uma Madeira pouco cristianizada.

---

<sup>96</sup> CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW, 99, (Lista), Cx 11.

<sup>97</sup> Todas estas informações podem ser encontradas num documento interno da Congregação, que foi começado no ano 1985. E tem como nome: Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

<sup>98</sup> Cf. Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002, 5.



A principal mestra na formação inicial foi a própria Mary Jane Wilson, educada no estudo da Sagrada Escritura pela tia Ellen que a ajudava a compreender os textos bíblicos. O caminho percorrido para a sua conversão foi um meio formativo para compreender mais profundamente o catolicismo. Vinda para a Madeira a 26 de Maio de 1881, Mary Wilson põe-se ao serviço da Igreja para dar resposta eficaz aos problemas das populações. Para isso funda a Congregação a 15 de Janeiro de 1884 no palácio de São Pedro, no Funchal. Em 1887 com a anuência do Bispo D. Manuel Agostinho Barreto, iniciou com a irmã Maria Elisabete de Sá e a Irmã Maria de Santo António Camacho o noviciado sob a direcção do Pe. Pedro Varet, CM<sup>99</sup>.

Depois da profissão a 15 de Julho de 1891, na capela da Misericórdia de Santa Cruz, na Madeira, a Irmã Wilson assumiu logo as funções de superiora geral da Congregação e a Irmã Maria Elisabete a de mestra de noviças<sup>100</sup>. Estas irmãs procuravam educar as suas filhas espirituais para uma vida em que nunca faltasse a confiança na providência divina, a intimidade com Deus e a oração para terem o necessário; incutiam também nas formandas o sentido da perfeição, isto é, de procurar sempre fazer as coisas com o máximo rigor. Para além disto, a formação era feita para que houvesse entreaajuda nas comunidades. Além da protecção de S. Francisco e de Nossa Senhora das Vitórias, havia também a invocação do auxílio a Santo António, pois era a ele, como documentam alguns escritos, que recorriam para pedir auxílio providente, sendo este santo o padroeiro das missões da Congregação<sup>101</sup>.

Além disto, e dado que Mary Jane ainda tinha dificuldade na língua portuguesa, decidiu a fundadora enviar para Portugal Continental e para Inglaterra as suas Irmãs, para que pudessem receber a formação devida nas leis e tradição da Igreja. Isto fez com que mais tarde pudessem ser formadoras das novas vocações. Além desta formação exterior, foi também nomeado pelo senhor Bispo de então o Pe. Fernando Augusto de Pontes, que era Vigário de Machico, como instrutor moral e espiritual das Irmãs; este sacerdote era também aquele que

---

<sup>99</sup> Este padre pertencia à Congregação da Missão ou Lazaristas.

<sup>100</sup> Período que durou até 1916. Tempo em que as duas alternaram nos dois cargos.

<sup>101</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson – História Breve*, 29.

estabelecia a mediação entre o senhor Bispo e a Congregação, recebendo a nomeação de delegado da Congregação<sup>102</sup>. Além deste, refira-se também o Monsenhor Paiva que teve um papel muito importante na história da Congregação, sendo até apelidado pelas irmãs de Bom Pai.

O principal carisma da Congregação era o ensino escolar e catequético bem como a procura das soluções de muitos pequenos problemas do povo madeirense; em ordem a isso, procurava a Congregação que as irmãs fossem bem formadas integralmente, para assim, poderem proporcionar a todos uma melhor vivência espiritual e clareza doutrinal.

Entre 1916 e 1935 foi mestra de noviças a Irmã Maria do Cenáculo Menezes que procurou pôr em prática os objectivos formativos do tempo da fundadora, tendo especial apreço pela vida de intimidade com Deus e a realização das coisas com perfeição.

Até aos anos 30 as irmãs noviças trabalhavam nas instituições e iam até ao hospital do Funchal. A irmã Maria do Cenáculo, a superiora da comunidade do Hospital da Misericórdia e mestra de noviças ao mesmo tempo, dava aulas de vida religiosa naquele estabelecimento, e veio a ser, mais tarde, também superiora da comunidade do Hospital dos Marmeleiros.

Em 1930 o noviciado na Congregação passou a ser de dois anos efectivos com sede na Quinta das Rosas no Funchal, onde também funcionou o Colégio de Santa Teresinha. O Colégio foi transferido para o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, na Rua do Seminário, nº 21, em 1929. O noviciado ficou na Quinta das Rosas até 1953, altura em que foi transferido para a Casa da Levada, que ficava na Rua da Levada de Santa Luzia no Funchal; este noviciado foi estruturado pelo Pe. José Rolim, OFM.

No fim do mandato da Irmã Elisabete de Sá e durante todo o mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes, o cônego Francisco Fulgêncio, director diocesano da Congregação, desde 1928 a 1952, dedicou-se à formação da Congregação com entusiasmo e alegria, tendo como objectivo a formação espiritual das irmãs. Todas as semanas, deslocava-se à Quinta das Rosas para leccionar as disciplinas de Sagrada Escritura, Latim e Canto gregoriano.

---

<sup>102</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 42.

De referir também que em 1935 foram elaboradas umas Constituições que tiveram por objectivo actualizar a Congregação à luz do Direito Canónico de 1917, onde se davam normas precisas sobre o noviciado.

Em 1935, a 8 de Dezembro, a Irmã Maria do Cenáculo Menezes foi eleita no primeiro Capítulo Geral a terceira superiora geral da Congregação. A Irmã Maria Serafina Baptista foi indigitada para mestra de noviças. Era tida como uma mestra que nutria uma grande ternura por todas e cada uma das noviças.

Foi durante este mandato que algumas irmãs se deslocaram até Lisboa para frequentar alguns cursos académicos.

O seu mandato como mestra de noviças prolongou-se até 5 de Setembro de 1949, quando D. António Manuel Pereira Ribeiro, a nomeou Superiora Geral da Congregação, mandato que veio a ser confirmado a 1 de Janeiro de 1950<sup>103</sup> e que perdurou até ao dia 8 de Dezembro de 1961.

Todas as mestras de noviças, desde a fundadora até à Irmã Serafina, formaram as irmãs da Congregação no vida de oração, doação à Igreja e ao trabalho profícuo no Amor de Deus, instruindo-as espiritual, cultural e profissionalmente<sup>104</sup>.

## **2.2 – A Congregação como instituição**

A Congregação até 1959 era de direito diocesano mas, com o Decreto de Louvor<sup>105</sup> de 30 de Abril do mesmo ano, passa a ser de Direito Pontifício. Antes de adquirir este estatuto, até 1938, a Congregação estava apenas na diocese do Funchal; a partir de 13 de junho de 1938, as irmãs que se encontravam nas missões de Moçambique eram governadas por uma representante e desde o dia 2 de fevereiro de 1939 por uma delegada da Superiora Geral. No

---

<sup>103</sup> RIBEIRO, António Manuel Pereira, Confirmação do Governo Geral, Funchal, 1-1-1950.

<sup>104</sup> Cf. Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1935, 46.

<sup>105</sup> CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959 Cx 85, Documento emitido pela Congregação dos religiosos.

início da década de 50, constituem-se Delegacias Diocesanas e assim, o grupo de missionárias em cada diocese era coordenado por uma delegada, perdurando esta orientação até 1967.

Nos três primeiros pontos que seguem, vamos falar apenas da Ilha da Madeira; já na última fase, no período da expansão, abordaremos a presença da Congregação em Portugal Continental e Moçambique.

### **2.2.1 – As casas**

Falar de casas é o mesmo que falar de comunidades que se foram formando um pouco por toda a Ilha, sobretudo com o intuito de ajudar as pessoas no ensino, na saúde e na pastoral.

Muitas das Escolas que as Irmãs foram ocupar eram Escolas da Associação de S. Francisco de Sales<sup>106</sup>, que estavam sob a tutela do Bispo do Funchal, D. Manuel Agostinho Barreto. A Associação de S. Francisco de Sales tinha a sua sede em Paris e foi trazida para a Madeira, sem passar pelo continente português, pelo Pe. Leão Prevot, CM, nos fins do séc. XIX, a convite do Bispo. A pedido dos párocos, as irmãs foram solicitadas a ir para várias freguesias, com o intuito de ensinar, bem como ajudar na vida pastoral, nomeadamente na catequese.

Em 1882 Mary Jane Wilson fundara numa pequena casa no Torreão um dispensário, uma escola primária e promoveu encontros de catequese. Há registo de que em 1883 nascera o Colégio de São Jorge, e que seria inaugurado por D. Manuel Agostinho Barreto a 11 de Maio 1884, ficando no Palácio de São Pedro; este colégio dava uma formação integral às alunas nas mais diversas áreas<sup>107</sup>.

---

<sup>106</sup> O método usado nestas escolas associava o ensino das letras à catequese segundo a metodologia de S. Francisco de Sales.

<sup>107</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 37. Este Palácio ficava perto da Igreja de São Pedro, mais precisamente na Rua da Mouraria 31, onde ainda hoje funciona um Infantário.

A 8 Dezembro 1897, funda-se a primeira escola em Santana; depois desta, nos anos seguintes, surge a do Porto Moniz em 1898, a do Santo da Serra em 1899<sup>108</sup>; posteriormente seguem-se a de Machico em 1905 e a do Arco de São Jorge; a do Curral das Freiras abrirá em 1912 e a do convento de S. Bernardino em 1916<sup>109</sup>. A abertura destes estabelecimentos de ensino fez com que existisse um maior apelo à educação por parte das famílias, pois era mais fácil fazer com que os seus filhos fossem educados humana e espiritualmente.

Posteriormente foram abertas as Escolas na Boaventura em 1919, em 1920 na Camacha, em Santa Cruz em 1924 e que encerrou em 1958; reabriu-se a escola do Porto Moniz em 1924, em 1927 a de Machico. Em 1928 abriram-se duas escolas: a da Ribeira Brava que encerrou em 1935, e a de S. João da Ribeira no Funchal. Posteriormente abriu-se o Colégio de Santa Teresina, em 1929, que ficava na Quinta das Rosas; reabriu-se a Escola de Santana em 1930 e a Escola do Arco de São Jorge em 1932<sup>110</sup>.

O critério que esteve por detrás da opção de abrir todas estas escolas foi a formação integral, quer das crianças quer dos adultos, funcionando as escolas tanto durante o dia como durante a noite para aqueles que trabalhavam.

Além das escolas foram abertas outras comunidades de assistência aos pobres e órfãos, como a Orfandade de Santa Isabel em 1883<sup>111</sup> que ficava num anexo do Colégio de São Jorge, o Abrigo Infantil no Funchal em 1908, o Orfanato do Santo da Serra, obra do Pe. Lino, em 1917 que veio a fechar em 1954, o Lactário do Funchal em 1920 e que encerrou em 1925, o Colégio da Preservação<sup>112</sup> em Câmara de Lobos, o Patronato de Nossa Senhora das Dores em 1925, um Asilo dos Velhinhos em 1926 e uma Cozinha Económica na Rua das Hortas em 1927 e que foi encerrado em 1954. Todas estas casas mostram o grande anseio que a Congregação tinha em ajudar toda a sociedade envolvente.

---

<sup>108</sup> Testemunho escrito da Irmã Maria do Carmo Pereira.

<sup>109</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 44-45.

<sup>110</sup> Cf. *Ibidem*, 66.

<sup>111</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orfandade de Santa Isabel”, 1888. Cx 11.

<sup>112</sup> As frequentadoras deste colégio eram filhas de pescadores, e iam para aquele espaço para não andarem na rua. Ali entre outras coisas aprendiam a bordar, a ler e a escrever.

### 2.2.2 – Doentes

Mary Jane Wilson fundara, em 1882, o Dispensário de São Jorge e o Hospital no Torreão onde assistia doentes; ali também funcionava uma pequena escola para crianças; este dispensário era gratuito; existia também uma pequena farmácia para os pobres, a qual contava com alguns medicamentos que eram fabricados pela Irmã Wilson<sup>113</sup>.

Em Santa Cruz foi fundada em 1891 uma comunidade com o intuito de ajudar no Hospital da Misericórdia de Santa Cruz, que se encontrava em ruínas e foi recuperado com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e saúde das pessoas que precisassem. Este hospital foi confiado à Irmã Wilson. A data em que abriu esta comunidade foi a do dia 15 de Julho do ano atrás referido e foi também o dia das primeiras profissões na Congregação. Foi nesse lugar de trabalho que o povo a aclamou, pela sua generosidade, com o nome de Boa Mãe.

Mary Jane não se ocupava exclusivamente dos cuidados médicos; tinha também uma grande preocupação pastoral pois dava catequese e procurava ajudar as pessoas a encontrar-se com Deus. Quando saía de casa, levava sempre consigo uma mala com medicamentos, pois podiam ser necessários nos sítios que iria visitar.

O Lazareto foi o ponto central da actuação da Irmã Wilson; nesse lugar se curava a varíola, praga que em 1907 assolou a ilha e fez muitos doentes. Já em 1905 a Irmã Wilson tinha-se oferecido às autoridades para ajudar no tratamento da peste bubónica, mas que esta ajuda teria sido recusada.

Quando deflagra a varíola, a “Boa Mãe” volta a apresentar-se às autoridades, para que reparassem rapidamente o Lazareto pois as irmãs estavam dispostas a ajudar e a lutar contra esta epidemia<sup>114</sup>. Assim aconteceu; foi grande o trabalho das irmãs, que começou a 30 de Abril e já no dia 1 de Maio com os primeiros 30 doentes. Chegaram a ser centenas de doentes pois a enfermidade durou até Setembro. Mas esta não foi a única epidemia do tempo; durante

---

<sup>113</sup> Conforme se pode observar pelo material que se encontra no Núcleo Museológico da Irmã Wilson.

<sup>114</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

o mês de Julho e Agosto desse ano nos arredores do Funchal deu-se um surto de peste pneumónica à qual as irmãs também tiveram de acorrer<sup>115</sup>. Duas frentes de trabalho se abriram: a Irmã Elisabete foi para a zona contagiada e a Irmã Wilson ficou mais na organização do Hospital do Lazareto.

O trabalho louvável das Irmãs neste espaço levou a que em 1907 o Rei D. Carlos condecorasse a Irmã Wilson com o grau de Cavaleiro da Antiga e Mui Nobre ordem de Torre e Espada do Valor, Lealdade e Mérito<sup>116</sup>.

Em 1922 funda-se o hospital da Misericórdia do Funchal; cinco anos mais tarde surge a Cruz Vermelha, lugar onde as irmãs estiveram de 1927 a 1954. Seguidamente, em 1932, as irmãs foram colaborar num Dispensário Antituberculose de onde saíram em 1986<sup>117</sup>.

Em 1956 a Congregação abriu o Lar de Nossa Senhora da Assunção, em São Gonçalo, que hoje se chama vulgarmente de Palacete; este espaço teve como fim ajudar os mais idosos, mais propriamente senhoras de origem nobre e que, no fim da vida, tivessem posses para poder ficar num espaço cómodo como este.

### **2.2.3 – Apoio ao clero**

Este trabalho era muito apreciado pela Irmã Wilson. Para ela era fundamental que os anunciadores da Palavra de Deus e ministros da Eucaristia fossem tratados com caridade e amabilidade por todas as irmãs. Por isso, para além de muitas obras, e segundo o testemunho oral das irmãs da Congregação, era desejo da Irmã Wilson fundar uma casa onde o clero que viesse ao Funchal em trabalho pastoral pudesse pernoitar sossegadamente, não tendo assim

---

<sup>115</sup> Cf. DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, 32.

<sup>116</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 109-110.

<sup>117</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66.

que se preocupar com o ficar em pensões publicas<sup>118</sup>. Gostava também de tratar dos problemas de saúde que os membros do clero pudessem ter<sup>119</sup>.

D. António Manuel Pereira Ribeiro, em 1916, nomeou a Irmã Wilson superiora da escola do pré-Seminário, ficando a mesma instalada no antigo convento franciscano de S. Bernardino<sup>120</sup>, lugar onde Mary Jane veio a falecer.

É importante referir que as irmãs passam a dar apoio ao Seminário em 1922; tudo aconteceu da seguinte forma; nesse ano o cônego Jaime Jardim trouxe à Madeira 2 padres franciscanos para pregar missões; ele foi ter com a Irmã Elisabete para pedir que as irmãs cozinhassem para esses padres. O senhor Bispo disponibilizou a casa onde hoje está a comunidade dos carmelitas descalços, uma vez que o Seminário ficava na Rua do Seminário nº 21 onde agora funciona um laboratório de análises clínicas. Depois de ver o bom trabalho realizado, o cônego Jardim pede às irmãs para ficarem a trabalhar no Seminário.

Em 1925 formam uma comunidade no Paço Episcopal com o intuito de ajudar o então D. António Manuel Pereira Ribeiro no seu trabalho apostólico.

Em 1934 fecha-se o Seminário de Nossa Senhora do Bom Despacho, que ficava na Rua do Seminário nº 21; as irmãs deslocam-se para o Seminário da Encarnação; essa comunidade acabou em 1974.

A 4 de Janeiro de 1957 as Irmãs vão colaborar no Colégio Missionário dos Padres do Coração de Jesus; esta colaboração terminou a 11 de Novembro de 1967.

Quando em 1959 o Seminário da Encarnação passa a Seminário Menor, abriu-se na Rua do Jasmineiro o Seminário Maior de Nossa Senhora de Fátima, tendo sido ali criada outra comunidade de irmãs, algumas delas ainda vivas<sup>121</sup>.

As irmãs ajudavam também nas paróquias próximas das suas casas, desenvolvendo particularmente trabalho pastoral, na catequese e em outras actividades de formação. O

---

<sup>118</sup> Cf. BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 370.

<sup>119</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>120</sup> Cf. DUNPHY, Terry, *Mary Jane Wilson, Fundadora das Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias*, 36-37.

<sup>121</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 66 e 88.



carinho que as irmãs dispensavam aos seminaristas e sacerdotes era revelador do grande amor que nutriam por eles. Era frequente a Irmã Wilson escrever cartas ao senhor Bispo, interessando-se por ele e pelos padres<sup>122</sup>. Uma delas foi escrita no dia 18 de Julho de 1911 quando D. Manuel Agostinho Barreto morreu. São de uma grande profundidade as palavras que mostram como Mary Jane Wilson tinha um enorme respeito e obediência ao pastor diocesano: “Que dolorosa perda para a Madeira e para todos nós a morte do nosso bem amado Prelado e Pai! (...) Choremos então mas com os olhos no céu, e fixos no belo exemplo da sua vida. Esforcemo-nos por lhe seguir os passos como ele se esforçou por seguir os de Jesus Cristo.”<sup>123</sup>

#### **2.2.4 – Expansão da Congregação**

A expansão da Congregação teve objectivos bem definidos: formar a pessoa para o Reino de Deus e para o bem da sociedade. Geralmente a expansão dava-se mediante o pedido por parte dos bispos, dos párocos, dos directores de alguns hospitais ligados às Misericórdias por saberem que na Congregação existiam irmãs capazes quer de ensinar quer de proceder aos cuidados de saúde como um centro hospitalar exigia.

Todas as obras para as quais as irmãs eram convidadas a realizar deviam ter a anuência do Bispo diocesano. Normalmente este chamamento era feito pela necessidade que os diversos lugares tinham em melhorar tanto as suas condições de ensino como as condições de saúde, e o melhoramento das mais diversas valências da sociedade. Todos estes trabalhos correspondiam ao carisma de bem fazer da irmã Wilson.

Normalmente não houve grande problema na aculturação/inculturação, existindo quase sempre da parte das irmãs uma facilidade de integração nos diversos lugares de missão que lhes foram confiados. Muitas vezes houve a necessidade de estabelecer o dialogo inter-religioso, pois em muitos lugares, especialmente fora da Europa, as irmãs tiveram que lidar

---

<sup>122</sup> Cf. RIBEIRO, Abílio Pina, *Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas*, 435-436, in CIW 20 a D. Manuel Agostinho Barreto, Santa Cruz, 20 de Junho, 1897.

<sup>123</sup> BARRETO, Angelino, *Apontamentos sobre a vida da Irmã*, 369-370.

com membros de outras religiões; isso tem acontecido nas regiões de Moçambique e Índia; mesmo nessas têm tido razoável desempenho.

Nesses territórios abriram várias casas:

Em 1936, pela ocasião da eleição de Monsenhor Teodósio Clemente de Gouveia, que era natural de São Jorge, Ilha da Madeira, para Prelado de Moçambique, o cônego Francisco Fulgêncio de Andrade, assistente eclesiástico da Congregação, saudou-o, falou-lhe das Irmãs Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, afirmando: “Oxalá que um dia pudéssemos, não só com o apostolado das nossas pobres orações, mas também com o dos nossos trabalhos ajudar a Igreja no vasto campo a V.a Ex.cia Rev.ma confiado”<sup>124</sup>. Isto demonstrava o desejo do cônego Fulgêncio de ver a Congregação numa expansão missionária.

Passado um ano, em 1937, D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique, pediu a D. António Manuel Pereira Ribeiro, Bispo do Funchal, para enviar as Irmãs Vitorianas para ajudarem na promoção humana e religiosa do povo daquela colónia portuguesa.

Foi no mandato da Irmã Maria do Cenáculo Menezes que tal sucedeu. A 13 de Junho de 1938, a Congregação iniciou a expansão missionária em Moçambique.

Foram para aquela colónia portuguesa 12 irmãs. A Irmã Ilda Nóbrega de Olim foi indigitada para representante da Superiora Geral junto do grupo<sup>125</sup>, o que aconteceu entre 13 de Junho de 1938 e 2 de Fevereiro de 1939. A partir da Congregação Intermédia<sup>126</sup> de 2 de Fevereiro de 1939, a Irmã Ilda foi eleita superiora da delegacia geral de Moçambique. A delegada da Congregação tinha como objectivo tratar dos assuntos da Congregação junto das dioceses e governos civis, onde se encontravam em missão.

---

<sup>124</sup> Irmã Maria do Cenáculo, Superiora Geral, *Carta a D. Teodósio Clemente de Gouveia, Prelado de Moçambique*, Funchal, 21.05.1937.

<sup>125</sup> Cf TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 82.

<sup>126</sup> Reunião da Congregação para debater temas relacionados com a sua acção.

Fundaram-se então as Missões de S. Roque Matutuine em Maputo a 17 de Junho de 1938, a de Nossa Senhora das Vitórias de Malhangalene a 1 de Julho de 1938, a de S. Luís Gonzaga em Malatane Angoche, a 6 de Julho de 1938. Nesta missão, a 10 de Fevereiro de 1939, houve um violento ciclone; tentou-se evacuar todas as crianças; depois disso, a Irmã Inácia de Faria foi verificar se ainda havia alguém em casa. Quando ia a passar a porta para sair, uma coluna de cimento atingiu-a, cortando-lhe por completo uma perna. Os socorros, devido aos estragos causados pelo ciclone, não chegaram a tempo e a Irmã acabou por falecer<sup>127</sup>.

Outras missões se fundaram dando real destaque para a expansão que se deu tanto em Portugal continental como em terras de África.

Nas décadas de 1940, 1950 e 1960, muitas Irmãs partiram para as Missões, tendo a Congregação tomado conta de obras educativas e de solidariedade social em quase todo o território moçambicano. As Irmãs dedicaram-se à promoção da mulher, catequese, ensino, cuidado de idosos e crianças, em internatos e asilos, enfermagem em hospitais, maternidades, dispensários e domicílios. Hoje a Congregação continua neste país a sua missão apostólica

Por despacho de 13 de Abril de 1945, a Congregação tornou-se “Corporação Missionária”, por estar abrangida pelo decreto nº 31:207 de 5 de abril de 1941; tal estatuto era concedido aos institutos que trabalhassem no ultramar português ao abrigo do artigo 38 do regulamento do acordo missionário<sup>128</sup>. Ter o estatuto de “Corporação Missionária” dava direito a subsídios para casas de formação e de repouso das pessoas pertencentes à Congregação.

Durante o mandato da Irmã Maria Serafina Baptista, a Congregação abriu novas missões em Moçambique: o Hospital do Macuti, na Beira, a 16 de Outubro de 1950, a Tipografia do Diário da Beira a 15 de Janeiro de 1952, Santos Anjos, Coalane, Quelimane a

---

<sup>127</sup> Cf. NÓBREGA, Irmã Maria Justina de, O grupo que foi para a missão de S. Luis de Gonzaga, Funchal, s/d. Sabe-se que este acontecimento trágico dissipou quaisquer dúvidas sobre a continuidade do projecto missionário em Moçambique, tal foi o seu impacto para todas as Irmãs. É também de realçar que, para algumas das irmãs, esta Irmã Inácia Faria foi considerada a primeira mártir da Congregação.

<sup>128</sup> Cf. Diário do Governo, II série, 1 de maio de 1945.

29 de Novembro de 1952, Santa Filomena Meconta a 2 de Fevereiro de 1955, Cristo Rei Mualama a 4 de Dezembro de 1954, Noviciado de S. Francisco de Assis, Namaacha, a 16 de Abril de 1955, Hospital Regional de Vila Pery, Chimoio, a 29 de Maio de 1958.<sup>129</sup>

Há também razoável florescimento de vocações para a Congregação vindas de Moçambique<sup>130</sup>. A primeira irmã moçambicana foi Maria Dalila de Santa Cruz Branquinho que professou em 1957<sup>131</sup>.

A expansão também se deu em Portugal Continental com a abertura das seguintes casas/comunidades: em 1948 vieram algumas irmãs para Lisboa para estudar Ciências Naturais e Matemática. Entraram nos seguintes estabelecimentos de saúde: Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Reguengos de Monsaraz, a 13 de Maio de 1953, Hospital da Santa Casa de Trancoso, a 13 de Julho de 1953, Casa de Saúde de S. Tiago Covilhã, a 14 de Fevereiro de 1955, Instituto Antónia da Conceição Vaquinhas, Assumar, a 15 de Fevereiro de 1955, Hospital de Oliveira do Hospital, a 11 de Julho de 1955, Hospital de Seia a 1 de Dezembro de 1955, Casa da Moita Redonda, Fátima, a 8 de Dezembro de 1956, Casa da Avenida de Defensores Chaves, nº 51, Lisboa, a 25 de Maio de 1957, Fundação Comendador Nunes Martins, Vila do Conde, a 11 de Fevereiro de 1960, Comunidade do Noviciado de Nossa Senhora das Vitórias, Cruz dos Morouços, Coimbra, a 24 de Abril de 1961; esta comunidade estabeleceu-se com a aquisição do antigo mosteiro das Irmãs da Visitação com o objectivo de ser a casa onde se faria o noviciado da Congregação; o noviciado iniciou-se em Setembro de 1963.

A Congregação também se expandiu até aos Açores onde as religiosas foram convidadas a orientar o Asilo de Mendicidade que ficava na Ribeira Grande, Ilha de São Miguel. As Irmãs deram entrada naquele Asilo a 15 de Outubro de 1954. Por esta altura também começaram a surgir vocações nos Açores<sup>132</sup>.

---

<sup>129</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 85.

<sup>130</sup> Em 1960 a Congregação tinha em Moçambique 144 irmãs e 21 casas.

<sup>131</sup> Registo Geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 1985.

<sup>132</sup> Cf. FUNDO: CIFNCV, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias “História do mandato da superiora geral, AG Inventário, 29.

A Congregação expandiu-se pela Europa, mas só depois do início do Concílio Vaticano II.

### 3 – Renovação conciliar da Congregação

Nos anos 60 a Igreja viveu momentos de grande júbilo, de grande expectativa que se desenvolveram à volta de um acontecimento de cariz eclesial nunca antes visto. Viviam-se um tempo de constantes mudanças sobretudo tecnológicas, mudanças que aproximavam mais o homem da técnica e faziam com que muitas indústrias evoluíssem. Um mundo novo emergia.

O Papa João XXIII, impulsionado pela certeza de que a Igreja não podia ficar à margem dos novos tempos, decidiu convocar um concílio ecuménico. Este não teria por missão debater nenhuma heresia ou clarificar qualquer aspecto doutrinal que estivesse a ser posto em causa naquela altura, teria apenas a função de reflectir sobre a Igreja e os novos desafios que se lhe colocavam.

Nesse contexto, a vida religiosa mereceu debate e referência doutrinal na Constituição *Lumen Gentium* e no Decreto *Perfectae Caritatis*.

Contudo, vamos tentar compreender como era o ambiente da vida religiosa antes do concílio. Sobre este tema o Pe. Jerónimo Trigo refere:

“Na vida religiosa predominava a perspectiva jurídico-legal. Nas constituições, texto fundamental de referência para os religiosos, os conceitos e a linguagem escasseavam em categorias teológicas e espirituais, e abundavam em categorias jurídicas e moralizantes. Havia excesso de aspectos regulamentares, um estilo fechado e perfeccionista a partir do cumprimento dos votos, dos regulamentos e dos rituais.”<sup>133</sup>

Depois deste tempo em que, pela leitura destas palavras, nos encontrávamos muitas vezes mais agarrados à forma que à espiritualidade dos acontecimentos, vamos agora procurar compreender que alterações sucederam nos institutos de vida consagrada, tendo como luz toda a dinâmica do Vaticano II.

---

<sup>133</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 275.

Na *Lumen Gentium*, que tem como objectivo o estudo aprofundado sobre a Igreja, há um capítulo, o sexto, sobre os religiosos. Nesse capítulo podemos compreender já os aspectos que os padres conciliares desejavam que se focassem na renovação.

Nesse sentido refere que: “A vida religiosa é, assim, a forma de vida específica daqueles que, em virtude de um especial chamamento de Deus, desejam viver a vida do Senhor. No centro estão “os conselhos evangélicos de castidade dedicada a Deus, de pobreza e de obediência. [...] São um dom divino, que a própria Igreja recebeu do Senhor e que com a sua graça sempre conserva”<sup>134</sup>.

Compreendem-se em relação com a perfeição da caridade, que é a essência da vocação cristã, e pertencem à ordem dos meios, a fim de alcançar aquela. O religioso “pelo Batismo já fora consagrado por Deus, mas para poder recolher frutos mais abundantes da graça batismal, pretende libertar-se, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, dos impedimentos que o poderiam afastar do fervor da caridade e de perfeição do culto divino”<sup>135</sup>.

A vida religiosa, segundo o concílio, deve ser sempre um sinal e “portanto, o estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não pertença à estrutura hierárquica da Igreja, pertence indiscutivelmente à sua vida e à sua santidade”<sup>136</sup>.

A *Lumen Gentium* não limitou o tema, pelo contrário, proporcionou um estudo mais aprofundado que encontramos no decreto *Perfectae Caritatis*. Este decreto “(...) apresenta princípios para a renovação da vida religiosa e dá orientações práticas. (...) Apresenta-a em perspectiva cristológica, pneumatológica, eclesiológica e apostólica. Acentua a “caridade perfeita” para a qual tende “por meio dos conselhos evangélicos”. É uma forma de vida que se torna “um sinal luminoso do Reino celeste.” Esta forma de vida vem “logo desde os princípios da Igreja”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LG 43.

<sup>135</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 282.

<sup>136</sup> LG 44.

<sup>137</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 287.

Além deste ser ‘sinal luminoso’ o *Perfectae Caritatis* exorta todos os que se consagrarem a terem um impulso de renovação interior. Esse impulso deve acontecer tendo como centralidade a Boa Nova que nos foi dada por Jesus, que se encontra bem presente naquilo que são as concretizações nos institutos. Para que essa Boa Nova se ponha em prática há que ter especial atenção ao carisma fundacional, à espiritualidade que levou os fundadores<sup>138</sup> a fundar os diversos institutos. Importância grande tem também o real sentido de comunhão que todos são convidados a ter com e na Igreja. Essa comunhão deve levar a um maior conhecimento daquilo que é a Igreja por forma a que o discernimento que é pedido a todos os consagrados se faça ainda com maior luz. Além de todos estes âmbitos que tocam o todo, mas também o pessoal da vida dos institutos bem como dos consagrados, o concílio refere um que é muito importante: a renovação espiritual por forma a aproximar ainda mais os institutos, os seus carismas e as suas obras no mundo em que vivem<sup>139</sup>.

Outra das dinâmicas fundamentais de que fala o decreto é a importância que têm os três votos: Castidade, Pobreza e Obediência.

“O Concílio apresenta a profissão dos conselhos evangélicos como “sinal”, de modo que todos, pela ajuda e pelo estímulo, “correspondam animosamente às exigências da vocação cristã”. Concretamente, o estado religioso «manifesta os bens celestes já presentes neste mundo; é testemunha da vida nova e eterna adquirida com a redenção de Cristo; preanuncia a ressurreição futura e a glória do reino celestial.”<sup>140</sup>

Com as suas orientações doutrinárias, “O Concílio Ecuménico Vaticano II superou anteriores enquadramentos na compreensão da vida religiosa e levou a uma sua compreensão mais genuína. Mostrou as suas fontes genuínas: o seguimento de Cristo, a santificação

---

<sup>138</sup> “A acção do fundador, da fundadora, há de ser vista a partir e no mistério de Cristo, que é fonte inesgotável. Os fundadores, dotados de uma particular graça, o carisma, intuem uma necessidade, uma dificuldade, um mal, uma urgência, uma carência que os outros são incapazes de ver ou que os deixa insensíveis; percebem com clareza algo que a outros passa despercebido ou deixa indiferentes. Mas não só intuem; são ativos dando a resposta ajustada na consecução daquilo que percebem. São humildes e persistentes. Procuram colaboradores e continuadores e formam um grupo, uma família, a que pertencem os que Deus prendou com o mesmo carisma”, in TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 292.

<sup>139</sup> Cf. TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa*, 288.

<sup>140</sup> TRIGO, Jerónimo, A vida consagrada na Igreja, in <http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.



baptismal, os dons do Espírito Santo, a inserção na Igreja, o carisma dos fundadores, o património espiritual dos Institutos. (...) Não constitui um estado separado na Igreja, mas é um modo de viver a santidade baptismal, segundo a forma específica da profissão dos conselhos evangélicos. Superou a compreensão jurídica, ascética, uniformista e distante, anteriormente prevalecente e valorizou a dimensão espiritual, a diversidade de carismas e missões, bem como a presença no meio da sociedade e da Igreja de que faz parte. À pessoa do religioso foram reconhecidos direitos e deveres antes esquecidos ou até negados.”<sup>141</sup>

Esta renovação também se deu na Congregação das Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, conforme se irá expor nos próximos pontos. Contudo é importante contextualizar a Congregação na altura em que se celebrou o Concílio Vaticano II. Desde o segundo mandato da superiora geral Irmã Serafina Baptista, a Congregação juntou toda a documentação existente para entregar à Santa Sé, acompanhada do pedido dirigido a Roma para a obtenção do “Decreto de Louvor” para a Congregação<sup>142</sup>. Em 1957, a documentação foi entregue em Roma pelos padres do Coração de Jesus. A 30 de Abril de 1959 João XXIII promulga o Decreto de Louvor. A 18 de Maio de 1967, o Papa Paulo VI, aprovou definitivamente a Congregação.

### **3.1 – Capítulos Gerais e Constituições**

Aos Capítulos compete, fundamentalmente, assegurar a fidelidade dos membros da Congregação à Espiritualidade e Carisma do Instituto, num serviço disponível à Igreja e à sociedade.

---

<sup>141</sup> TRIGO, Jerónimo, *O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa* 289.

<sup>142</sup> Primeiro decreto que torna a Congregação, dependente do Romano Pontífice.

### 3.1.1 – O Capítulo geral de 1967 e as Constituições

A Congregação celebrou o Capítulo Ordinário Especial nos meses de Agosto e Setembro de 1967. Foi o início de um longo caminho de renovação e de remodelação das Constituições tendo em conta as orientações do Concílio Vaticano II sobre a Vida Consagrada. O texto das constituições saído deste Capítulo foi impresso com a aprovação do Bispo do Funchal, D. João da Silva Saraiva que orientou o Capítulo, em 1967; a elaboração das Constituições teve presente o legado conciliar. Este prelado fez muitas vezes meditações a partir do Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* e da Constituição Dogmática *Lumen Gentium*.

As novas ou renovadas constituições explicitam muito bem a origem, o fim e o espírito da Congregação.

O fim geral da Congregação é a glória de Deus, a santificação dos seus membros e do próximo pela imitação de Jesus Cristo que é Caminho, Verdade e Vida. Para o conseguir, as irmãs devem-se esforçar por observar com fidelidade e perfeição a profissão dos conselhos evangélicos, a Regra e as constituições<sup>143</sup> que prometeram ao Senhor guardar.

O fim particular da Congregação é seguir Nosso Senhor Jesus Cristo no apostolado de bem-fazer às almas e necessitados, dedicando-se especialmente à obra da educação e ao cuidado dos doentes em total doação à pastoral da Igreja nas suas muitas formas.

A vida de oração deve ser intensa na comunhão com Deus fazendo todo o bem possível às pessoas ao seu cuidado. De novo, estas Constituições sublinham a importância da preparação para a vida missionária tendo em conta o apelo do Senhor: “Ide e ensinai a todas as gentes (Mt 28, 19)”.

Nestas constituições, a vida espiritual é tratada com esmero em todas as suas dimensões, assim como a formação inicial e permanente. Antes da aprovação destas constituições a Congregação preocupava-se imenso com a formação integral das Irmãs, tendo

---

<sup>143</sup> As Constituições, juntamente com o Directório e a Regra constituem o código fundamental de uma Congregação. Enquanto a Regra é a forma suprema dos membros de um instituto viver o seguimento de Cristo, as Constituições são as leis com que se rege uma Congregação ou Ordem religiosa.

em conta a formação humana e espiritual, assim como a formação académica para realizar o carisma da Congregação. O respeito pela especificidade de cada pessoa foi acolhido no que se refere à sua formação profissional para que o seu trabalho apostólico fosse realizado com alegria para o bem dos irmãos. A formação intelectual e a formação religiosa foram feitas com responsabilidade da parte dos superiores e da parte das formandas.

Estas constituições contam com a novidade do Juniorado<sup>144</sup>, que era uma exigência conciliar para as Congregações de Vida Religiosa e esta novidade veio trazer às formandas que, naquele tempo, estudavam, uma melhor formação. Além disso, passou a ser nomeada dentro da Congregação uma Mestra para o Juniorato<sup>145</sup>.

Nestas constituições de 1967 estão muito bem elaboradas as normas gerais do Capítulo Geral, acentuando todas as suas funções.

### **3.1.2 – Capítulos Gerais de 1973 e 1978/1979 – Elaboração das Constituições**

As constituições elaboradas no Capítulo de 1973 foram postas à experiência nas comunidades e nunca foram impressas a não ser provisoriamente. Serviram para um período transitório. Estas constituições foram apenas dactilografadas e distribuídas às irmãs<sup>146</sup>. Tratou-se de umas constituições que procuravam aperfeiçoar os conteúdos das constituições de 1967 com a finalidade de viver a vida consagrada por amor de Jesus e por aqueles que lhes eram confiados.

Em 1978/1979 celebrou-se um novo capítulo geral que foi constituído por 2 sessões, uma em 1978 e outra em 1979. A primeira sessão foi electiva e tratou dos assuntos ordinários

---

<sup>144</sup> O juniorado é uma fase da profissão temporária cuja duração pode variar entre os 3 e os 9 anos.

<sup>145</sup> Cf. Regra Constituições Directório e Cerimonial Doméstico, Funchal, 1968, 67.

<sup>146</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1996, 13.

da Congregação. Esta sessão teve início no dia 18 de Agosto e prolongou-se por alguns dias<sup>147</sup>.

A segunda sessão foi em Agosto de 1979; debruçou-se sobre a elaboração do texto das constituições. Nesta elaboração, as capitulares receberam também o apoio de Pe. Frei David Azevedo, OFM, do Pe. Pina Ribeiro, Claretiano, perito em teologia da vida religiosa e do canonista Pe. Frei António Domingos de Sousa Costa, OFM. Com base nas observações resultantes do estudo em comunidade e no documento prévio da comissão pré-capitular, foi elaborado e aprovado um novo texto de constituições que reflectia a doutrina do concílio Vaticano II enquadrada na espiritualidade da Congregação.

Na elaboração destas Constituições teve também grande influência o documento “*Ecclesiae Sanctae*”<sup>148</sup>, o qual serviria posteriormente de alicerce para qualquer alteração que fosse pretendida<sup>149</sup>.

Depois de escritas as constituições, foram revistas pelo Pe. António Leite, SJ, perito em direito canónico e apresentadas depois à Santa Sé para aprovação a 20 de Dezembro de 1979. A 15 de Fevereiro de 1980 foram promulgadas pela superiora geral. Estas constituições entraram em vigor provisoriamente, sendo aprovadas pela Superiora Geral a 1 de Maio de 1980. Receberam depois, a 8 de Dezembro de 1981 a aprovação da Santa Sé com sugestões de alteração<sup>150</sup>. Para tal, esperaram a promulgação do Novo Código de Direito Canónico que teve lugar a 25 de Janeiro de 1983 e cuja publicação em língua portuguesa verificou-se em Outubro desse ano; após isso imprimiram-se as novas Constituições.

---

<sup>147</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 169.

<sup>148</sup> PAULO VI, Motu Proprio, *Ecclesiae Sanctae*, de 6 de Agosto de 1966, in *ECCLESIAE SANCTAE*, União Gráfica, Lisboa, 1967. Este documento do papa dava orientações da forma como se devia concretizar o decreto conciliar *Perfectae Caritatis*.

<sup>149</sup> CF. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 12.

<sup>150</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 176.

### **3.1.3 – Capítulo Geral de 1984 – Estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores**

Este Capítulo Geral de 1984 tratou da estruturação da Congregação em Organismos maiores e menores, e ocupou-se por muito tempo a reflectir sobre a organização da Congregação em Províncias<sup>151</sup>, Delegacias<sup>152</sup> e Casas Generalicias<sup>153</sup>. Tal estruturação é um dos frutos da renovação conciliar. O Concílio, no que diz respeito à estruturação das congregações religiosas, tinha como finalidade aproximar os centros de decisão das pessoas que dele dependiam. Significava na vida corrente uma descentralização do exercício da autoridade. Isso significou que as irmãs que estivessem à frente dos Organismos ficassem mais próximas das pessoas. Era importante criar estes organismos tendo em conta a geografia territorial dos Institutos. As superiores para as unidades orgânicas da Congregação, deviam estar de acordo com a legislação da própria Congregação e da Igreja. Tudo isto deveria ser feito em comunhão com os organismos para salvaguardar a unidade do Instituto, o carisma e a espiritualidade<sup>154</sup>.

A legislação para a estruturação foi preparada neste Capítulo Geral de 1984. O texto das constituições vinha a ser preparado nos últimos anos da década de 70.

Com base nessa legislação e na distribuição das casas e das Irmãs da Congregação surgiram duas propostas de estudo no Capítulo. Uma delas era a criação de 2 províncias: a da Madeira e a de Moçambique pois tinham unidade territorial e tradição de alguma autonomia. A segunda proposta apontava para a criação de três províncias: uma com as casas da Madeira

---

<sup>151</sup> Uma província é a união de varias casas tendo o mesmo governo superior, tem de ser canonicamente erecta, é também uma estrutura territorial dependente do governo geral para o desenvolvimento duma determinada região. O seu governo é eleito em capítulo provincial. Pode ter regiões e delegacias dependentes. Isto é, no governo provincial é que são nomeados os governos das delegacias. As delegacias dependentes não podem admitir irmãs à profissão religiosa, esta admissão é feita pelo governo geral. Só as superiores Provincial e a Geral, com o consentimento do seu conselho, podem admitir as noviças à primeira profissão e à profissão perpétua.

<sup>152</sup> São estruturas de governo dependentes do governo geral ou de uma Província nas decisões mais relevantes. As superiores e as admissões ao noviciado e à profissão são feitas pelos governos a que estas delegacias estejam ligadas. Numa delegacia a superiora delegada procura que as irmãs vivam a sua vida consagrada no carisma e espiritualidade da Congregação.

<sup>153</sup> São organizadas e governadas pelo governo geral, isso implica que não haja qualquer relação com a Província mesmo que territorialmente esteja dentro dela.

<sup>154</sup> Cf. CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capítulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

e Porto Santo, outra com as casas de Portugal Continental, Europa e Açores, e a terceira com as casas de Moçambique e África do Sul.

As casas do Brasil deveriam ser constituídas em delegacia dependente de uma das províncias; algumas casas ficariam subordinadas directamente ao governo geral por se destinarem ao serviço de todo o Instituto. Depois de ponderada discussão sobre estas propostas, concordou-se que as casas da Madeira e Porto Santo formariam a Província do Coração de Maria; as casas de Portugal Continental, Açores e África do Sul<sup>155</sup> formariam a Província de Cristo Rei; a delegacia de Moçambique constituir-se-ia como província de Nossa Senhora de Fátima.

As casas dos Brasil formaram uma delegacia independente, a de Nossa Senhora Aparecida. Foram consideradas Casas Generalícias as seguintes: Cúria Geral e Casa de estudos de Lisboa, Juniorado Congregacional, Casa de estudos Martino V em Roma e a Casa de Acolhimento em Fátima. Feita esta distribuição, foi elaborado um regulamento para o seu funcionamento conhecido por normas de Governo que davam orientações práticas sobre o modo de preparar as Irmãs para esta nova realidade e a forma concreta de fazer adscrição das irmãs aos organismos. Em 1985 as irmãs escolheram o organismo maior ou menor a que ficariam adstritas<sup>156</sup>. Esta escolha fez-se a 11 de Maio desse mesmo ano, ficando as irmãs distribuídas pelos 4 organismos aprovados.

### **3.1.4 – As Constituições e o Directório de 1985 e a revisão de 1997**

Com a promulgação do Novo Código de Direito Canónico de 1983, houve necessidade de rever as constituições. Tais revisões foram feitas pelo Frei Pe. Vitor Melícias Lopes, OFM. As alterações efectuadas nesta revisão foram propostas a Roma a 8 de Março de

---

<sup>155</sup> Apesar de ficar mais perto territorialmente à África do Sul não podia ficar na província de Moçambique por causa das difíceis condições sociais e políticas. A casa de Joanesburgo só passou para a Jurisdição da província de Moçambique em 1992 depois dos acordos de Paz entre a Frelimo e a Remamo.

<sup>156</sup> Cf. CIFNSV, AG: Ficha de Adscrição aos Organismos maiores e menores, 1985, Cx 84.

1984 e aprovadas pela Santa Sé a 23 de Maio do mesmo ano. A revisão final do texto, tal como tinha acontecido com as constituições de 1979, foi realizada pelo Pe. António Leite, SJ. Este sacerdote adaptou o texto das constituições às normas em vigor no Direito Canónico de 1983<sup>157</sup>. Estas constituições foram aprovadas pela Santa Sé a 1 de Julho de 1985, promulgadas pela superiora geral a 8 de setembro de 1985, colocando-as o Governo Geral em vigor de imediato.

Estas constituições estavam divididas em três partes principais. A primeira parte consta de nove capítulos sobre a orgânica da vida espiritual e apostólica da Congregação. A segunda parte refere-se aos membros da Congregação; engloba oito capítulos que focam toda a formação desde a promoção vocacional até à formação permanente. Por fim, a terceira parte é dedicada ao governo da Congregação<sup>158</sup>.

A estruturação em organismos maiores e menores da Congregação deu uma nova fisionomia às constituições de 1985 no que diz respeito ao governo. Passados 11 anos, portanto em 1996, no X Capítulo da Congregação foi necessário fazer uma revisão destas Constituições.

Esta revisão teve como base a consulta geral a todos os membros do Instituto, cujas propostas foram recolhidas por uma comissão pré capitular que apresentou as propostas que foram levadas a este capítulo. As capitulares foram auxiliadas pelo Pe. Frei António Montes Moreira, Definidor Geral da OFM, bem como pelo Pe. Manuel Saturino da Costa Gomes, SCJ, perito em Direito Canónico.

De referir que se nota no novo texto um crescimento na parte relativa ao carisma onde se constata uma ampliação do texto anterior. Efectuaram-se alterações na terceira parte denominada Governo. Enquanto que nas constituições de 1985 aparecem apenas referências a Residências, casas, delegacias e províncias<sup>159</sup>, nas constituições revistas, no X Capítulo Geral

---

<sup>157</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 13.

<sup>158</sup> Cf. Ibidem, 103 e 104.

<sup>159</sup> Cf. Ibidem 69 e 70.

de 1996, surge a novidade de aparecer a denominação Região<sup>160</sup>. A outra alteração é relativa ao mandato da superiora provincial que nas constituições de 1985 era apenas de três anos de duração<sup>161</sup>; nas constituições revistas em 1996 aparece com quatro anos de mandato<sup>162</sup>.

Importante também para a vida da Congregação foram os Directórios que se foram elaborando ao longo dos anos. Estes tratam da concretização das normas das constituições, isto é, são uma explicação de como pôr em prática as constituições.

Todos os Directórios constituem algo importante para a vida da Congregação. Contudo, aqueles que são mais relevantes para o nosso estudo são os dois últimos: o primeiro de 1985 e o segundo com as adaptações feitas em 1996. Estas adaptações fizeram-se com o intuito de tornar mais claras as adaptações conciliares na Congregação. Em termos comparativos podemos constatar que no directório de 1985 relativamente ao directório revisto em 1996, são apenas dois os números diferentes. Tais números falam da simplicidade, da Mortificação e da Alegria<sup>163</sup>. Já o directório revisto em 1996, apresenta três novidades, referentes às regiões, às delegacias e, por fim, um sobre a administração dos bens<sup>164</sup>.

### **3.2 – Actualidade da Congregação**

Vamos agora abordar a actualidade da Congregação das irmãs Vitorianas. Começaremos por referir as casas e comunidades existentes; depois falaremos da obra feita no Brasil, concretamente na Região de Nossa Senhora Aparecida e terminaremos o nosso trabalho com uma referência à causa, muito ansiada por toda a Congregação: a inscrição no livro dos santos da Boa Mãe, a Irmã Wilson.

---

<sup>160</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, Apelação, 1997, 93. Região é uma organização do governo geral para o desenvolvimento do espaço onde está localizada.

<sup>161</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas Gráficas da Radio Renascença, Lisboa, 1985, 87.

<sup>162</sup> Cf. Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 1997, 109.

<sup>163</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1985, 77 – 78.

<sup>164</sup> Cf. Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, 1997, 85 – 87.



### 3.2.1 – Províncias, casas e obras

Presentemente a Congregação conta com quatro grandes organismos: três Províncias e uma Delegacia Geral. Temos primeiramente a Província do Coração de Maria que foi erecta a 26 de Outubro de 1985<sup>165</sup>; é a província mais antiga. Esta província é formada pelos territórios da Madeira e Porto Santo, e mais tarde, com a ida de irmãs para um Lar de rapazes órfãos da guerra em Angola a 17 de Setembro de 1994, estas irmãs ficaram também sob a alçada desta província. Actualmente a província do Coração de Maria conta com 18 casas/comunidades, maioritariamente na Ilha da Madeira.

A Província de Nossa Senhora de Fátima, em Moçambique foi erecta a 7 de julho de 1986; tem por território a região de Moçambique; actualmente esta província conta com mais 2 polos de missão: África do Sul<sup>166</sup> e Tanzânia. É constituída actualmente por 10 Comunidades e conta com 58 religiosas<sup>167</sup>.

No mesmo ano, isto é, a 23 de Novembro de 1986 foi erecta a Província de Cristo Rei<sup>168</sup> a qual compreende os seguintes territórios e localidades: Fátima, Portugal Continental, Açores e Europa; as Filipinas, a R.D. do Congo e Timor Leste entraram posteriormente. De realçar que, aquando da sua erecção, também era constituída pela África do Sul. A Congregação conta ainda com várias casas generalícias e Roma.

Em todas estas comunidades as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias dão continuidade ao trabalho da sua fundadora procurando fazer crescer o espírito de missão e caridade. Isto mostra que a obra da Irmã Wilson não terminou com a sua morte mas continua a desenvolver-se quer com as Irmãs quer com a Associação dos Amigos da Irmã Wilson<sup>169</sup>.

---

<sup>165</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>166</sup> Esta união só aconteceu depois de quebradas as divergências políticas entre Moçambique e a África do Sul.

<sup>167</sup> Cf. BRÁS, Irmã Celeste João, Carta à Secretária Geral, Irmã Maria Flurênci Jardim Caldeira, Likyyu, Mandela, 24-4-2006.

<sup>168</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 190.

<sup>169</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 184.

### **3.2.2 – Delegacia geral de Nossa Senhora Aparecida – Brasil**

As Irmãs Vitorianas chegaram ao Brasil, mais concretamente a São Paulo, a 19 de Abril de 1975. A 11 de Maio de 1975 fundaram a comunidade de Mary Wilson em Itaim Paulista, com a finalidade de se dedicarem à pastoral de comunidades de base.

A 25 de Setembro de 1975 foi criada a associação “Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias”. Esta associação formou-se com as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição porque as Irmãs de Nossa Senhora das Vitórias ainda não tinham residência fixa no Brasil. Foi a partir desta associação que a Congregação adquiriu perante o governo brasileiro personalidade jurídica o que lhe trouxe benefícios na realização da sua obra de apostolado.

A 18 de Dezembro de 1975 as irmãs Vitorianas compraram uma residência na rua Dr. Mário Vicente em Ipiranga. Posteriormente, a 4 Outubro de 1976, nesta mesma casa foi erecta a comunidade de São José; o trabalho das Irmãs foi o de dedicar-se à pastoral da saúde, na clínica dos Padres Camilianos. Em 1976, a Irmã Matilde Saldanha foi nomeada representante da Congregação no Brasil. Passados três anos, a 5 de Maio de 1979, abriu-se a comunidade de Nossa Senhora das Vitórias, em Mariana. Aqui o trabalho das irmãs era o da enfermagem, no Hospital Monsenhor Horta, nunca descurando a ajuda apostólica à sociedade envolvente.

Em Outubro de 1983, a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto foi nomeada representante da Congregação no Brasil e, dois anos mais tarde, a 3 de Dezembro de 1985, foi erecta a comunidade do Noviciado, sob a protecção de Nossa Senhora Aparecida, na rua Padre Luís Menezes, Bairro de Santo António Barbacena; a situação não foi definitiva, pois a 11 de Julho de 1986, esta comunidade transferiu-se para uma casa situada na rua Demétrio, Barbacena; o noviciado funciona na cúria da Delegacia na Rua de José Albino Pereira também em Barbacena.

A 8 de Dezembro de 1985, por determinação da Superiora Geral, Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro erigiu-se a Delegacia de Nossa Senhora Aparecida, com sede na

rua Dr. Mário Vicente, São Paulo, ficando como orientadora desta Delegacia a Irmã Maria Dolores de Góis Pinto que tinha sido nomeada Superiora Delegada, assumindo então funções no 1º governo da Delegacia a 3 de Janeiro de 1986.

A 25 de Setembro desse mesmo ano as irmãs abriram a comunidade da Fundação Porphyria e José Máximo Magalhães, Barbacena, sob a protecção do Coração de Jesus, para acolher jovens em regime de pensionato, que vinham estudar para a cidade. A 17 de Novembro de 1988 a Congregação tomou a orientação do Lar de Idosos, em Abre Campo, com a finalidade de humanizar os serviços daquela Instituição.

Em Dezembro de 1991, o Governo Geral nomeou o 3º Governo da Delegacia, sendo Superiora Delegada a Irmã Maria Adorinda da Cruz Fiadeiro.

Depois da revisão das constituições de 1996 esta Delegacia da Aparecida passou a chamar-se Região. Actualmente, por falta de vocações esta antiga Região de Nossa Senhora Aparecida, voltou a ser Delegacia; conta com quatro comunidades<sup>170</sup>.

### **3.2.3 – A constituição da Associação dos Amigos da Irmã Wilson**

No ano de 1992 a Irmã Maria de Lourdes Nunes, Superiora Geral, foi a Roma com o intuito de trazer documentos para fazer um estudo que levasse à criação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson.

Na assembleia geral de 1994 falou-se da importância da criação da AAIW. Em 1996 foi pedido às comunidades onde estavam as irmãs que se instituísse a Associação, o que veio a acontecer na maioria dos lugares da sua implantação<sup>171</sup>.

Simultaneamente à formação da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, viu-se com agrado que estes já se envolviam numa prática de bem-fazer, indo às cadeias, visitando os doentes, fazendo sopa para distribuir pelos que mais precisavam. Isto faz compreender que, à

---

<sup>170</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10 – 12.

<sup>171</sup> Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2002, 9-11.

medida que apareciam os grupos, os amigos iam já fazendo apostolado. A Associação foi crescendo e os seus estatutos foram aprovados pela Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica a 13 de Abril de 2002<sup>172</sup>. Estes estatutos constam de 10 capítulos que traçam as linhas gerais deste movimento, começando pela natureza e finalidade deste grupo, focando depois os objectivos específicos, bem como as condições de pertença. Há também a referencia à formação e admissão na Associação. Depois de lidos os estatutos alusivos à formação fala-se dos direitos e deveres dos associados e posteriormente toca-se na organização da Associação bem como na sua relação com a Congregação. Por fim temos os últimos três capítulos que nos falam da administração, do fim e eventual dissolução; no fim fala-se da validade e cumprimento desta Associação<sup>173</sup>.

Depois da aprovação, vários grupos têm realizado o seu compromisso em viver o carisma franciscano-vitoriano; sacerdotes e leigos têm feito tal compromisso procurando viver esse carisma e essa espiritualidade.

Esta Associação pretende desenvolver um projecto onde se possam fomentar os ideais humanos que para um cristão são imprescindíveis.

Neste momento o que os Amigos são chamados a fazer é o acompanhamento social e emocional das famílias, o combate à exclusão social e a integração social de idosos.

Em relação à expansão, os grupos, além da Madeira e Portugal Continental, têm acção apostólica nos vários locais de presença da Congregação, encontrando-se hoje nos diversos países dos quatro continentes: Europa, Ásia, África e América, estando presentes nos

---

<sup>172</sup> A Associação "Amigos da Irmã Wilson" do Instituto religioso das "Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias", cuja casa geral encontra-se na Arquidiocese de Lisboa, é uma Associação pública de fieis que desejam partilhar o carisma transmitido pela Serva de Deus Madre Mary Jane Wilson às suas Filhas, adaptando-o ao estado de vida dos membros. Sensíveis ao apelo da Igreja, embora permanecendo no século, os membros da Associação partilham o ideal, o espírito e a missão apostólica do mencionado Instituto religioso. Esta Congregação para os Institutos de vida consagrada e as Sociedades de vida apostólica, após ter examinado atentamente o Estatuto apresentado, declara que a mesma Associação é uma Obra, própria do Instituto, e como tal deve ser reconhecida por todos. O Decastério recomenda que o Estatuto apresentado seja observado pelos membros dos "Amigos da Irmã Wilson". Além disso, com o presente Decreto, o mesmo Dicastério confia ao Capítulo Geral a aprovação das modificações que, eventualmente, se fizerem necessárias no futuro. Não obstante qualquer disposição contrária.

Vaticano. 13 de abril de 2002

Eduardo Card. Matinez Somalo, Prefeito

In: Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, 7.

<sup>173</sup> Cf. Ibidem, 40.

quatro<sup>174</sup> organismos da Congregação e ultimamente têm começado a fazer apostolado na actividade missionária desenvolvida na Índia.

Com a preocupação de bem formar e orientar todos os membros desta Associação, foi editado em 1999 um livro que ajuda a compreender o carisma e a espiritualidade que a Irmã Wilson procurou incrementar na sua obra<sup>175</sup>.

Em Julho de 2005 teve lugar na Sede Geral da Congregação, na Apelação, o primeiro encontro geral da Associação dos Amigos da Irmã Wilson a nível internacional. Este encontro contou com a participação de elementos de todos os continentes que pertenciam à Associação dos Amigos da Irmã Wilson; tal acontecimento repetiu-se em Setembro de 2012 na Ilha da Madeira<sup>176</sup>. A Associação concretiza na Congregação a tendência actual das associações de leigos e institutos religiosos, tornando-se participante do seu carisma e da sua acção.

### **3.2.4 – A Causa da Beatificação e Canonização da Irmã Mary Wilson**

Seguras da santidade de vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, as Irmãs da Congregação deram início ao Processo de Beatificação da Fundadora. Os muitos testemunhos das pessoas que conviveram de perto com a “Boa Mãe” motivaram tal decisão que foi também fruto da inspiração do movimento pós conciliar que veio suscitar em muitas congregações a atenção para os testemunhos de heroicidade e santidade dos seus fundadores. A abertura desta causa foi um grande desejo da Irmã Maria Adorinda Fiadeiro<sup>177</sup>.

O processo foi pensado nos anos 80; deu-se então o início da constituição de diversos grupos de trabalho para examinar a documentação existente, escritos, assim como escutar várias testemunhas sobre a vida desta irmã.

---

<sup>174</sup> Curia geral, províncias, delegacias e regiões.

<sup>175</sup> FERNANDES, Abel Soares, *Nos Caminhos da Irmã Wilson*, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

<sup>176</sup> Cf. Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

<sup>177</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 207-208.

A 18 de Maio de 1987 a Superiora Geral criou o Secretariado da Irmã Wilson que teve sede na Quinta das Rosas. Para orientar todo este processo ficou nomeada a Irmã Diamantina de Freitas; a 16 de Outubro de 1987 foi nomeado o postulador, o Pe. Joan Folguera, OFM.

A 18 de Agosto de 1991, passados cinco anos da criação do Secretariado, o Bispo do Funchal, D. Teodoro de Faria, estando presente os membros que constituíam o tribunal diocesano, procedeu à abertura formal do Processo Diocesano de “Canonização da Irmã Wilson”, na Igreja de S. Pedro, Funchal<sup>178</sup>.

A 30 de Abril de 1993, D. Teodoro de Faria presidiu ao encerramento do Processo, na Quinta das Rosas<sup>179</sup>. A 5 de Maio de 1993 o Processo entrou na Congregação para a Causa dos Santos. Foi entregue ao Mons. Carieri, secretário do Cardeal Felici, Prefeito da Congregação para a Causa dos Santos. A 26 de Junho de 1993 procedeu-se à abertura do Processo de “Canonização da Irmã Wilson”, na sede da Congregação para a Causa dos Santos, na presença de Mons. Carieri e do Pe. Juan Folguera, OFM, Postulador da Causa.

A 26 de Fevereiro de 1994 a Congregação para a Causa dos Santos, nomeou Mons. José Luís Gutierrez, relator da causa de canonização da serva de Deus, Mary Jane Wilson. No ano seguinte, a 7 de Outubro de 1995 faleceu o Pe. Juan Folguera OFM, postulador da causa, sendo substituído pelo Pe. Luca Maria de Rosa, OFM.

A 14 de Março de 1996 fez-se a apresentação do *Summarium* e primeira parte da Positio, no Pontifício Colégio Português. A Positio foi concluída a 20 de Outubro de 1997, recebendo a 27 de Outubro de 1998 voto favorável da Comissão Histórica<sup>180</sup>. A Positio foi organizada em quatro partes: o *Summarium* onde estão os extractos mais significativos do processo diocesano; a *Informatio* que contém a exposição sobre a vida, as virtudes e a fama de santidade da Irmã Wilson; noutra parte podemos encontrar os pareceres favoráveis de 6 consultores da Comissão de Historiadores da Congregação das Causas dos Santos; estes

---

<sup>178</sup> Cf. FERNANDES, Abel Soares, *Mary Jane Wilson Roteiro*, 82.

<sup>179</sup> Cf. Ibidem, 122 e 123.

<sup>180</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916)*, Roma, 2012, 113.

pareceres referem-se ao valor histórico das duas primeiras partes. E por fim, a documentação complementar onde figuram os esclarecimentos às questões postas pelos consultores<sup>181</sup>.

A Positio recebeu o voto favorável dos consultores teólogos a cinco de junho de 2012<sup>182</sup>.

Actualmente a Causa aguarda a conclusão dos estudos feitos pelos Cardeais para que a Serva da Deus Mary Jane Wilson possa ser considerada Venerável. Entretanto os seus devotos imploram com fé a sua intercessão junto de Deus e aguardam a realização do milagre necessário para a beatificação.

---

<sup>181</sup> Cf. TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, *Breve História da Congregação*, 209.

<sup>182</sup> Cf. Congregatio de Causis Sanctorum, *Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco* 156.

## Conclusão

Quando chegamos ao fim de um trabalho, o nosso pensar atem-se àquilo que podemos ou não retirar do enriquecimento por tudo quanto fizemos e aprendemos. Fazer este estudo sobre a única Congregação fundada na diocese do Funchal, foi sem dúvida uma contínua descoberta de caminhos nunca por mim percorridos.

Daquilo a que nos propusemos inicialmente, foi quase tudo realizado, pois a ajuda da Congregação ao permitir o acesso ao arquivo, levou a que a investigação e a redação se tivessem tornado mais fáceis e, conseqüentemente, mais motivadoras. Contudo, não é menos verdade que, apesar de toda a informação me ter sido disponibilizada no arquivo geral, a bibliografia sobre este tema não abunda; tivemos que limitar o nosso estudo às fontes e outras informações maioritariamente fornecidas pela Congregação.

Tendo a escolha recaído sobre uma área da história, o nosso objectivo era sobretudo ficar a conhecer detalhes da Congregação em estudo, sobretudo aquilo que fez e que continua a fazer, as dificuldades que teve no antes e no depois do concílio vaticano II, bem como tudo o que dissesse respeito à sua fundadora, Mary Jane Wilson.

Poderíamos ter optado por analisar mais profundamente os factos, ou mesmo atermo-nos à problematização acerca das opções tomadas pela Congregação, sobre os seus sucessos e insucessos que conheceu. A procura que privilegiei em descobrir pormenores relevantes dessa fundação, fez-nos acentuar mais a dimensão descritiva. Talvez essa opção tenha mais cabimento no contexto celebrativo dos 500 anos da diocese do Funchal.

A primeira abordagem, como referimos na introdução, foi a história da Congregação. Neste primeiro capítulo, pudemos compreender até que ponto é que a vida de Mary Jane Wilson foi um testemunho para toda a Congregação; primeiro como cristã anglicana e depois como se deu a sua conversão à Igreja Católica.



Analisámos, o contexto social e religioso que Jane Wilson encontrou na Madeira ao desembarcar. Uma sociedade com muitas necessidades, quer de ordem material e de saúde quer de formação catequética. Em todas estas dimensões, o papel de Mary Wilson foi importantíssimo. Se na verdade a sua primeira função na Madeira foi a de acompanhar uma senhora inglesa, não menos verdade é que, uma vez convertida, sentiu um enorme apelo a continuar a sua obra movida pelo carisma franciscano-mariano.

É neste contexto que pensa, juntamente com um grupo de raparigas que também sentiam o apelo pelo bem-fazer, fundar algo que as levasse a cultivar um carisma e a fazer uma obra onde conjugassem o bem social com a vida cristã. Foi assim que se deu em 1883 a fundação da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Foi relevante acompanhar e compreender todas as vicissitudes que constituíram a realidade que hoje conhecemos; não foi de somenos importância termos conhecimento do intento da nova fundação se associar às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição. Se isso tivesse acontecido, a Congregação não teria o seu berço na Madeira e o impacto local e missionário seriam diferentes.

A segunda abordagem que nos propusemos realizar prende-se com a compreensão das expressões da Congregação antes do concílio vaticano II.

Neste capítulo, procuramos acompanhar a consolidação da Congregação ao longo dos seus primeiros anos. Averiguámos primeiro a questão da personalidade jurídica, do quão importante era para a Congregação, no conjunto da sua obra, tê-la adquirido; vimos também as dificuldades que tiveram com os avanços e recuos nesta mesma questão. Depois, incidimos estudo sobre a Regra e Constituições da Congregação, analisando a evolução que sofreram, sobretudo as Constituições.

Seguidamente, mereceu-nos atenção a pastoral vocacional, tentando saber até que ponto essa dimensão era sentida dentro da Congregação. Verificamos como foi muito grande a força que teve o trabalho que as primeiras irmãs realizaram e como isso levou a que a

Congregação tivesse um grande número de raparigas vocacionadas nos seus primeiros anos. Vimos também como foi importante a questão da formação e como deu o seu fruto no seguimento do carisma franciscano-mariano. Decorrente dessa dinâmica, viu a Congregação necessidade de enviar irmãs para Portugal Continental a fim de se poderem formar ainda mais, em prol do bem da sociedade que depois viriam a servir.

Após termos abordado a consolidação da Congregação, observámos a importância das primeiras casas, as quais constituíram motivo e razão da certeza de que Deus as chamava para cumprir um determinado carisma. No trabalho que tiveram com os doentes, realçamos a obra realizada no combate a algumas epidemias que assolaram a diocese do Funchal. Tratámos, também, algo muito querido à fundadora, que era o apoio ao clero, quer no âmbito catequético quer no âmbito social das paróquias e lugares a que fossem chamadas.

Terminámos este segundo capítulo abordando a questão da expansão da Congregação antes do concílio. Aqui, foi importante realçar a ida da Congregação para Portugal continental, e não menos importante, a referência à deslocação para Moçambique, Lourenço Marques, e o prestimoso trabalho que ali tiveram a partir de 1938.

A terceira abordagem que nos propusemos tratar foi a renovação conciliar.

Neste terceiro capítulo, começámos por fazer um pequeno estudo sobre a vida consagrada antes e depois do concílio, estudo este que foi feito tendo por base um artigo que nos elucidou quanto à compreensão das alterações que a renovação conciliar veio operar, e que se encontram na constituição dogmática *Lumen Gentium* e no decreto *Perfectae Caritatis*.

Posteriormente, fizemos um percurso sobre a evolução que se deu nos diversos Capítulos e consequentes Constituições, observando três grandes momentos na vida da Congregação: as Constituições que se elaboraram em 1967, as primeiras depois do concílio; depois, em mais os dois Capítulos o de 1973 e o 1978/79, que tiveram como preocupação actualizar as Constituições que tinham sido feitas em 1967. Ulteriormente, veio o capítulo geral de 1984, o primeiro que já teve como referência o novo Código de Direito Canónico de

1983; a principal novidade desse capítulo foi a estruturação da Congregação em organismos maiores e menores, isto é: Províncias, Delegacias e Casas generalícias.

Terminámos esta primeira parte da dimensão referida com as Constituições e o directório de 1985 e que foi revisto em 1987. Estas constituições e directório foram, assim como o capítulo de 1984, as primeiras realizadas com referência ao actual Código Direito Canónico.

Na segunda parte deste terceiro capítulo, abordámos a actualidade da Congregação. Fizemos um trajecto que nos levou às Províncias, casas e obras; e aqui registamos a presença da Congregação em muitas partes do mundo. Depois, abordámos a Delegação de Nossa Senhora Aparecida no Brasil, dando-nos conta da sua importância no contexto da vida da Congregação, bem como do ponto de vista da expansão que se deu para outros continentes.

Terminámos o nosso estudo sobre a Congregação com duas referências que são muito queridas a todos os seus membros. Trata-se da Associação dos Amigos da Irmã Wilson, grupo constituído maioritariamente por leigos e que procura desenvolver um trabalho apostólico tendo como mote os apelos de bem-fazer na linha do que fez a Irmã Wilson e se assumem como continuadores do espírito da Congregação. Não de menos importância referimos a introdução da Causa de Beatificação e Canonização da Fundadora, secundando com o nosso interesse e saber o que é de facto importante e entusiasmante para a Congregação que estudámos.

Analisando o trabalho que fizemos, acreditamos que estamos perante uma obra de Deus; a fundação em si e o percurso que tem feito testemunham uma expressão de vida de fé. A sua presença nas mais variadas partes do mundo expressam vitalidade e testemunho de vida. As diversas dimensões abordadas em estudo, com as dificuldades que o trabalho em si comportava, já no fim, se tornaram mais gratificantes.

Pelo caminho encontrámos documentos, compulsámos bibliografia e algumas pessoas mormente ligadas à cúria geral das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias que nos

proporcionaram condições para que chegássemos à síntese que aqui apresentamos. Estudos ulteriores muito poderão fazer para dar a conhecer mais profundamente o carisma, a obra e a espiritualidade da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

# Bibliografia

## 1. Fontes

### 1.1. Documentos do Magistério

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Constituição Dogmática sobre a Igreja (Lumen Gentium), 12, e Decreto Perfectae Caritatis, 1, 2b Editorial A. O., Braga, 1983.

CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E A REPÚBLICA PORTUGUESA 1940, in AAS 7 (1940), 217-233.

PAULO VI, Motu Proprio, Ecclesiae Sanctae , de 6 de Agosto de 1966, in ECCLESIAE SANCTAE, União Gráfica, Lisboa, 1967.

### 1.2. Documentos do Arquivo Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias.

CIFNSV, AG, Livros sobre a Irmã Wilson, Carisma e Espírito da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias à Luz da Fundadora, Cx 9.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 6, Funchal, “Orphandade de Santa Isabel”, 1888, Cx 11.

CIFNSV, AG, ASV, Fundo da Congregação dos Bispos e Religiosos – Monacato: Posição 1893, pasta de Novembro – Dezembro, fascículo de Dezembro; cf. AP. Doc 48, Lº 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Extracto das crónicas da casa dos Padres Redentoristas de Boulogne-sur-mer, France, MDW 2, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 19-1, Funchal, Pedido para aprovação das Estatutos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, 1901, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Carta Regia enviada pelo Rei D. Carlos na entrega da condecoração, 4 de Julho 1907, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, Certificado do Baptismo de Mary Jane Wilson no Anglicanismo, dado às Irmãs Vitorianas que foram até Inglaterra em 24-2-1966. MDW 1, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 13-1, 1-5-1907, Funchal, Lista das Irmãs que trabalharam no tempo da varíola no Lazareto, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 142, Funchal, Carta ao Governador Civil da Madeira ao Ministro da Justiça, 18-5-1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Documentos Wilsonianos, MDW 4, Funchal, História da Congregação Diocesana das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias na Ilha da Madeira, Funchal 1911, Cx 11.

CIFNSV, AG, Cartas da Fundadora, AIW, Funchal, Carta ao irmão Charles de 20-7-1867, Cx 14.

CIFNSV, AG, Processo de Beatificação da Fundadora, documentação, Positio Sobre a Vida, virtudes e Fama de Santidade da serva de Deus Maria de São Francisco Wilson, 1998, Cx 35.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Estatutos Políticos da Associação de Nossa Senhora das Vitórias, Diário da República, 28-12-1901, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação: Organização das Comunidades em Unidades, Proposta ao Capitulo Geral de 1984, Documentos Vitais da Congregação, Cx 84.

CIFNSV, AG, Documentos Vitais da Congregação, Decreto de Louvor 1959, Documento emitido pela Congregação dos Religiosos, Cx 85.

CIFNSV, AG, Actas das reuniões do Governo Geral, Livro das Actas da Sociedade Empresa Escolar Nuno Alvares Lda, fundada em 25 de Junho de 1925, Camacha, Cx 103.

### **1.3. Documentos oficiais da Congregação**

Constituições das Franciscanas Madeirenses de Nossa Senhora das Vitórias, Tipografia do Bazar do Povo, Funchal, 1935.

Constituições da Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias de 1985 com revisão de 1996, aprovadas a 25-4-1997, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Directório e Cerimonial Doméstico, Tipografia do Jornal de Madeira, Funchal, 1967.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1985.

Directório das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Lisboa, ARTIPOL, Mourisca de Vouga, 1997.

Regra e vida dos irmãos e irmãs da ordem regular de S. Francisco, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Oficinas da Rádio Renascença, Lisboa, 1983.

Estatutos da Associação Amigos da Irmã Wilson, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Apelação, 2002.

Plano Geral de Formação, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Paulinas, Lisboa, 2002.

Congregatio de Causis Sanctorum, Beatificationis et Canonizationis Servae Dei Mariae a Sancto Francisco (in Saeculo: Mariae Ioannae Wilson) Fundatricis Congregationis Sororum Franciscalium Dominae Nostrae Victoriarum (1840-1916), Roma, 2012.

## **2. ESTUDOS**

AGÊNCIA ECCLESIA, Centenário da República, CEHR-UCP, Ed. Especial, 2010.

ALMEIDA, Fortunato de, História da Igreja em Portugal, Vol. III, Livraria Civilização, Ed. Porto-Lisboa, 1970.

AUTORES VÁRIOS, Autenticidade e valor dos documentos e escritos sobre a Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

BARRETO, Angelino, Apontamentos sobre a vida da Irmã Maria de S. Francisco Wilson, Funchal, 1969.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 110, Julho-Setembro de 2010, 10-12.

Boletim Caritas Vinculum Perfectiones, nº 119, Outubro-Dezembro de 2012, 22-30.

CARITA, Rui, História da Madeira O longo século XIX: Do liberalismo à república. A monarquia constitucional (1834-1910), Vol. VII, Ed. SREC, 2008.

DUNPHY, Terry, Mary Jane Wilson una dona eccezionale, Domenico D'Antuono, Roma, 1994.

FARIA, Teodoro, As vitórias de Deus na Madre Wilson in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, 09-12-2012.

IDEM, De John Newman a Mary Jane Wilson, in Suplemento Pedras Vivas, Jornal da Madeira, em 5, 12 e 19 de setembro de 2010.

FERNANDES, Abel Soares, Mary Jane Wilson Roteiro, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 2003.

IDEM, Nos Caminhos da Irmã Wilson, Irmãs Franciscanas de Nossa das Vitórias, Apelação, 1999.

IDEM, Reflexos de uma vida, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Funchal, 1990.

LOURENÇO, Joaquim Maria, Situação Jurídica da Igreja em Portugal, 2ª ed. Coimbra, 1943.

MENESES, Maria José de, 25 anos da Província do Coração de Maria, O Liberal, Funchal, 2011.

PEREIRA C. N. Eduardo, Ilhas de Zargo, 4ª Ed, Vol II, Ed. Gráfica do Miradouro - Maia, 1989.

PIERRARD, Pierre, História da Igreja, Ed. Presença, 1992.

POLICARPO, José, Homilia do Cardeal Patriarca na missa da Beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus, in Vida Católica, 38, Lisboa – 2011, 103-106.

RIBEIRO, Abílio Pina, Irmã Wilson – História Breve, Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2009.

IDEM, Irmã Wilson, Vida, Testemunhos, Cartas, Congregação das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, 2ª Ed. Lisboa, 2000.

SILVA, Augusto - MENEZES, Carlos, Elucidário Madeirense, 4ª Ed. Vol. II, Ed. Secretaria Regional da Educação e Cultura, Funchal, 1978.

TOMÁS, Ilda Ribeiro Gomes, Breve História da Congregação, Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, Águeda, 2003.

TRIGO, Jerónimo, O Concílio Vaticano II e a renovação da Vida Religiosa, in Concílio Vaticano II – Renovação e Esperança – Desafios à Vida Consagrada – 50 anos depois (1952 – 2012), XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada, Torres Novas, 2012, 273-295.

VIEIRA, Alberto, História e Autonomia da Madeira, Secretaria Regional de Educação, 1ª Ed. Funchal, 2001.

### **3. Sítios**

<http://www.avidasacerdotal.com/2011/12/o-movimento-de-oxford-oxford-movement.html> - 20-09-2012.

<http://www.familiacrista.com/noticias/igreja/1729-a-vida-consagrada-na-igreja.php> a 12-4-2013.